

FERNANDO OLIVEIRA BAPTISTA *

TRABALHADORES AGRÍCOLAS
E AGRICULTORES FAMILIARES

DEZ ANOS DE FACTOS, DEBATES E PROJECTOS

A Reforma Agrária e as aldeias das zonas de agricultura familiar marcaram o último decénio nos campos portugueses e, como parece previsível, vão ainda ter uma forte presença nos próximos anos. Optei, assim, por lhes dedicar as notas que se seguem, embora sem qualquer pretensão de exaustividade ou de organização sistemática. O meu objectivo é, apenas, a partir de certas facetas deste imenso poliedro — escolhendo, bem entendido, entre as que tenho por mais esclarecedoras — procurar alguns dos nós decisivos através da apreciação de factos, debates e projectos.

O movimento de ocupação de terras: os termos dum debate

De Março a Novembro de 1975 foram ocupados no Sul do País mais de um milhão e cem mil hectares, em que se estabeleceram cerca de quinhentas unidades de produção geridas por colectivos de trabalhadores. Foram estes os actos fundadores e decisivos da Reforma Agrária que se desenrola em Portugal.

Sobre estes factos e em particular sobre o movimento de ocupação de terras, tem-se vindo a acumular uma abundante literatura, cuja apreciação vou iniciar pelos autores para quem a argumentação se resume, fora de qualquer quadro social e histórico, a uma luta entre o *bem* e o *mal* ⁽¹⁾. A Reforma Agrá-

* Professor do Instituto Superior de Agronomia.

⁽¹⁾ Cf., por exemplo, José Pequito Rebelo, *Boas e más Reformas Agrárias*, 1978, 16 p.+18 p.+31 p.+12 p., João Garin, *Reforma*

ria foi, bem entendido, uma vitória do *mal*. De qualquer modo um aspecto relevante é o modo como estes autores *inocentam* os trabalhadores pois, de facto, não o fazer corresponderia a admitir um confronto social, uma oposição de interesses, uma luta de classes nos campos do Alentejo e do Ribatejo, uma história em que o proletariado agrícola foi explorado e oprimido em proveito do latifúndio e dos grandes capitalistas agrários. O quadro que pretendem traçar é evidentemente outro: toda a harmonia social, todo o agradecimento do *criado* ao *senhor*, foram perturbados do exterior. Transcrevo exemplificativamente, sobre este ponto, uma expressão de J. Morais: «Este é o Alentejo «da reforma agrária», tal como eu o vi — saqueado, não por trabalhadores mas por mandatários do poder estrangeiro» (2).

Compreende-se, seguramente, que não perca mais tempo com este lote de defensores do latifúndio e do grande capitalismo, tanto mais que se perfilam também contra a Reforma Agrária outros autores que, embora rodopiando em torno dos mesmos pontos, se socorreram duma argumentação mais burilada. Dentre estes vou referir o que, de modo claro e construído, primeiro tomou posição. Refiro-me a José Cutileiro e ao ensaio sobre a Reforma Agrária que acrescentou na edição portuguesa do seu trabalho sobre uma zona do Alentejo (3), onde apresenta a sua tese: «A reforma agrária, tal como correu até agora, não foi uma conquista mas uma outorga, enxertada sobre uma população para ela aliciada à pressa, que não tinha experiência política nem sindical e que seguiu as *consignes* de um poder que lhe era exterior (Partidos Políticos, Sindicatos, Forças Armadas)»; «E os trabalhadores, tomando como sua (com graus variáveis de confiança) uma força que apenas lhe era empres-

Agrária: seara de ódio, Lisboa, Edições do Templo, 1977, 695 p., Vacas de Carvalho, *O fracasso de um processo — a Reforma Agrária no Alentejo*, 1977, 342 p., Jorge Morais, *Alentejo saqueado*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1976, 182 p. e José Hipólito Raposo, *Alentejo — dos princípios à chamada «reforma agrária»*, Lisboa, Editorial O Século, 1977, 407 p.

(2) J. Morais, *ob. cit.*, p. 9.

(3) José Cutileiro, *Ricos e pobres no Alentejo*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 197, 433 p.. Refira-se, também, que os trabalhos que têm sido publicados por A. Barreto (*Terra de Revolução — a revolução agrária alentejana, 1974-76*, Universidade Católica Portuguesa, 2 volumes, 1981, 975 p.; *O Estado e a Reforma Agrária, 1974-76*, in *Análise Social*, n.ºs 77/78/79, 1983, p. 513-574 e *Classe e Estado: os sindicatos na Reforma Agrária*, in *Análise Social* n.º 80, 1984, pp. 41-95), embora utilizando uma terminologia diferente, defendem na questão que agora me ocupa uma posição, no essencial, semelhante à de J. Cutileiro.

tada, ocuparam»; «As ocupações foram dirigidas dos centros de poder. A resposta que receberam foi devida a duas coisas: a intenção expressa do poder — nos seus termos mais simples — vinha ao encontro de um desejo antigo da população e o poder parecia suficientemente consolidado para não ser arriscado cumprir as suas instruções e satisfazer os seus desejos» (4).

Esta tese — a Reforma Agrária como outorga dum poder exterior à realidade social — é, no entanto, formulada sem que o seu autor se preocupe com a caracterização do poder no período em causa. De facto identifica, sem mais, o poder com um conjunto de instituições escamoteando assim que o poder não se confunde com um mero quadro institucional mas decorre da relação de forças que se estabelece, em cada momento histórico, entre os diversos grupos e classes sociais. De resto, esta simplificação de Cutileiro não resiste a uma apreciação do que se passou em Portugal em 1974-76 se se considerar não apenas a zona onde se desenrolou a Reforma Agrária mas também o mundo das *aldeias* do Norte de Portugal onde a relação de forças evoluiu num sentido bem diferente do que se verificou no Alentejo. Ou seja, em Portugal no período 1974-76 viveu-se uma situação em que as relações de força que se estabeleceram sectorial e regionalmente se sobrepuseram ao poder de Estado cuja capacidade de intervenção era muito débil. E não foi a presença das mesmas instituições no Norte e no Sul do país que conduziu a uma dinâmica político-social similar.

Estas apreciações não visam, quero deixá-lo claramente expresso, insinuar que o Partido Comunista Português (PCP), os Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas, as Forças Armadas e os órgãos do aparelho de Estado não intervieram no sentido da Reforma Agrária. Muito pelo contrário, uma análise do movimento de ocupação de terras (5) evidencia uma forte presença destas entidades que emergiram, na relação de forças regional, através das suas articulações com o movimento dos trabalhadores agrícolas. Este movimento foi, contudo, como também mostra aquela análise, a presença determinante na relação de forças que se estabeleceu na região do latifúndio e do grande capitalismo agrário em 1974-76. E trouxe ao confronto social a sua determinação de lutar firme e conscientemente por uma vida melhor como ressaltou, com nitidez, na ocupação de terras, nos primeiros passos das unidades de produção geridas pelos

(4) José Cutileiro, *ob. cit.*, pp. 415-6.

(5) Cf., Fernando Oliveira Baptista, *Portugal 1975 — os campos*, Porto, Afrontamento, 1978, pp. 9-60.

trabalhadores e na defesa destas face à ofensiva que desde 1977 vem sendo desencadeada contra a Reforma Agrária.

A tese da outorga do poder, escamoteando todo este quadro social, vem afinal confluir nas mesmas águas dos adeptos da tese da Reforma Agrária como obra do *mal. Inocenta*, também, os trabalhadores e, do mesmo passo, exalta pelo menos implicitamente a ordem social dos latifúndios e grandes capitalistas agrários; simultaneamente autoriza que se aponte o PCP — indicado como a principal componente desse poder exterior à realidade social — como entidade alheia à realidade política do país. Torna-se, assim, evidente a função ideológica que estas explicações desempenham na actual situação política portuguesa.

De qualquer modo a compreensão do movimento da ocupação de terras, na óptica que atrás o situei e para introduzir os próximos pontos, exige alguns comentários adicionais nomeadamente no que se refere à relação entre o proletariado agrícola e o PCP.

Apesar de avanços e refluxos, o proletariado agrícola dos campos do Sul tinha uma grande tradição de combatividade que se afirmou, com nitidez, desde os primeiros anos da República de 1910-1926. Esta tradição de luta, sofreu, contudo, uma ruptura no seu enquadramento ideológico. Assim, a forte implantação política e ideológica que actualmente o Partido Comunista Português (PCP) tem entre os assalariados agrícolas do Alentejo construiu-se, é certo, em muito anos de presença nas principais lutas e conflitos sociais mas foi enxertada sobre uma forte presença anarco-sindicalista.

Esta viragem, que se tornou crescentemente efectiva desde a década de vinte, começou a enraizar na grande crise em que se encontrava o movimento operário português no final de 1918, e no fascínio, que atingiu mesmo uma parte significativa dos mais destacados militantes anarco-sindicalistas, pela eficácia dos blocheviques russos.

Sem de qualquer modo, pretender explicar toda a história posterior pelos seus inícios não pode, contudo, deixar de notar-se que este sentido da eficácia, *este braço que nos faz fortes e presentes*, não mais deixou de ser um dos elementos decisivos em que radica a implantação do PCP. É evidente que entretanto muito tempo decorreu e a par deste sentido de eficácia, a ideologia do aparelho do PCP impregnou a vida do proletariado agrícola do Sul modelando-lhe uma *visão do mundo* e dos *futuros desejáveis*. Mas também aqui nada é linear e emergem, por vezes, anseios e esperanças que se afirmam conflitualmente em relação à hegemonia do PCP. Um exemplo bem nítido destas situações é o que se passou nas eleições presidenciais de 1976:

o candidato do PCP foi, no Alentejo, preterido por uma larga fracção do eleitorado comunista tradicional em favor de Otel Saraiva de Carvalho que, de algum modo, era a voz duma mensagem libertária, do primado da iniciativa de base, no declinar dum período (1974-75) em que tudo pareceu possível em Portugal.

De resto, nos próximos pontos, ao analisar o modo como a história e as características do proletariado agrícola marcaram a Reforma Agrária, vão surgir traços de todas estas heranças.

Os trabalhadores agrícolas e a Reforma Agrária

Como já notei foi o proletariado agrícola que concretizou o movimento de ocupação de terra. Esta afirmação não significa, contudo, que tenham sido apenas os assalariados agrícolas a participarem nas ocupações. De facto, em especial nos primeiros tempos, os alugadores de máquinas e os pequenos agricultores rendeiros tiveram também uma acção preponderante, em larga medida como resposta ao facto dos proprietários-fundiários se terem retraído no arrendamento de terras dado que, na época, se anunciava uma lei sobre arrendamento rural mais favorável para os rendeiros.

Não cabe, contudo, neste texto uma história da ocupação de terras embora convenha reafirmar que quem a tornou, de facto, um movimento social decisivo na alteração das relações de produção foram os assalariados agrícolas e, em especial, os temporários que eram a grande maioria, tinham piores salários e condições de vida mais desfavoráveis, executavam as tarefas mais duras e eram os mais afectados pelo desemprego. Foram, portanto, os temporários que também marcaram mais fortemente o segundo momento das ocupações: as unidades de produção da Reforma Agrária.

Nas terras ocupadas os ocupantes constituíram unidades de produção de grandes dimensões, geridas por colectivos de trabalhadores. Não se verificou, de facto, em lado nenhum a divisão dos grandes domínios fundiários em parcelas individuais. A opção por este modelo de Reforma Agrária assentou, seguramente, na própria ideologia dominante entre o proletariado agrícola do Alentejo — adiante retomarei este ponto — mas corresponde, sobretudo, à esperança possível dos assalariados agrícolas temporários. De facto, este grupo e mesmo uma parte dos permanentes, de que normalmente se exceptuam os feitores e os encarregados gerais, encontrava-se afastado da comercialização dos produtos, da aquisição de meios de produção, do

planeamento e gestão da exploração agrícola. Ou seja, não tinham o domínio do processo produtivo, da sua organização e das relações com o mercado. O seu universo de trabalho, em particular o dos temporários, confinava-se às tarefas indiferenciadas que os mandavam executar; o temporário é, na apreciação dum autor do princípio do século, «simplesmente máquina de trabalho, para o que só se exige robustez e um bocado de compreensão»⁽⁶⁾. Está-se perante um grupo social a que se aplica, na apreciação de Marx, o qualificativo de «operários parcelares», vítimas duma divisão de trabalho que «estropia o trabalhador, (...) faz dele qualquer coisa de monstruoso ao activar o desenvolvimento artificial da sua destreza de trabalho, sacrificando todo um mundo de disposições e de instintos produtores»⁽⁷⁾.

Os assalariados agrícolas temporários não tinham qualquer domínio do processo produtivo e a sua esperança possível era um emprego e um salário permanentes. A gestão e organização de produção eram-lhe exteriores.

A luta pelo emprego prolongou-se na própria vida económica das unidades de produção da Reforma Agrária e, como tem sido evidenciado nalguns estudos⁽⁸⁾, pode afirmar-se que, no quadro do sistema de produção dominante nos campos do Sul do país, a lógica económica daquelas unidades orienta-se, pelo menos tendencialmente, pela maximização do emprego. Refira-se, a propósito, que, em 1979, no Alentejo, nas unidades de produção da Reforma Agrária havia uma relação de 28 hectares por trabalhador enquanto no conjunto das outras explorações agrícolas da mesma zona, com área superior a 200 hectares, aquela relação era de 48 hectares por trabalhador⁽⁹⁾.

Outra faceta da vida das unidades de produção é a vaga igualitária que as atravessou desde 1975 e que pretendia impor

⁽⁶⁾ José da Silva Picão, *Através dos campos*, Publicações Dom Quixote, 1983, 3.^a edição, p. 94.

⁽⁷⁾ Karl Marx, *Le Capital*, livre I, tome II, Paris, Éditions Sociales, 1967, pp. 49-50.

⁽⁸⁾ Merecem destaque sobre este ponto os trabalhos de Carlos Borges Pires: *Política de emprego e intensificação das actividades desenvolvidas numa cooperativa de produção agrícola*, 1981, 22 p. e *As cooperativas de produção agrícola da freguesia de Albernoa*, 1981, 45 p., ambos editados pelo Instituto Gulbenkian de Ciência; *Estratégias da produção e do emprego numa cooperativa de produção agrícola in Economia e Socialismo*, n.º 46-47, 1980, pp. 38-46; *Um processo de desenvolvimento em meio rural — O caso da Unidade Colectiva de produção Bento Gonçalves*, este em colaboração com Magda Maria Zanoni e ainda a publicar.

⁽⁹⁾ Cf. *Recenseamento Agrícola do Continente de 1979*.

um salário idêntico para todos os trabalhadores, terminando também com as regalias não monetárias de que tradicionalmente disfrutavam algumas categorias. Note-se, contudo, que este igualitarismo cessou na divisão sexual do trabalho: todos os homens um mesmo salário; todas as mulheres um mesmo salário mas, o destas mais baixo.

O movimento igualitário assentou, sobretudo, nos temporários que além de procurarem assegurar um emprego, executavam as tarefas mais duras e não especializadas e ganhavam, de modo geral, todos o mesmo salário em cada época do ano. A posição dos temporários traduzia-se em impor o reconhecimento, em paridade com todas as outras, das tarefas que executavam e radicava tanto na circunstância de constituírem o grupo maioritário dos que intervieram na ocupação de terras, como na via aberta por uma ideologia que exaltava constantemente a igualdade a par dos méritos criadores do trabalho.

O igualitarismo, apesar de não se ter generalizado totalmente, teve uma grande repercussão e levantou muitos problemas na vida interna das unidades de produção, nomeadamente com os trabalhadores mais especializados e em particular com os pastores. Estes últimos, que estavam em permanência com o gado beneficiavam tradicionalmente dalgumas regalias de que a mais importante era poderem criar algumas cabeças de gado em conjunto com o rebanho. Com a igualização dos proventos de todos os trabalhadores tornou-se ainda mais difícil encontrar quem se quisesse ocupar do gado e muitos trabalhadores especializados abandonaram a Reforma Agrária.

Estas e outras consequências levaram o PCP e principalmente os dirigentes sindicais a combaterem o igualitarismo. Esta atitude produziu, ainda que lentamente, os seus efeitos mas a resistência tem sido grande e disso é testemunho o facto do leque salarial dos membros das unidades de produção da Reforma Agrária ser, mesmo actualmente, muito estreito.

O encadeado, geralmente fragmentário e com frequência desconexo, de imagens, palavras e ideias que a propósito da Reforma Agrária perpassava no quotidiano dos trabalhadores agrícolas do Alentejo supunha, em todo o caso, alguns pontos tidos como definitivos porque eram dados como aferidos na *terra do socialismo*. Antevia-se, assim, uma Reforma Agrária constituída por unidades de muito grande dimensão, onde os produtos da ciência, os equipamentos e sobretudo as grandes máquinas — o progresso — fariam as terras produzir abundantemente. Os trabalhadores teriam emprego certo, receberiam um bom salário e o Estado velaria para que tudo isso acontecesse.

A *terra do socialismo* onde, nesta visão, já tudo se passava assim, é evidentemente, a União Soviética. Esta certeza enraizava profundamente numa memória colectiva que, é bom recordá-lo de novo, começou no fascínio exercido sobre a tradição anarco-sindicalista. Paralelamente, durante os longos anos do fascismo, o mito da *terra do socialismo* foi, em larga medida, a «pedra angular»⁽¹⁰⁾ da luta do proletariado e o modelo de Reforma Agrária que se associava a esta terra não aparecia apenas como um sonho pois já nela se teria concretizado.

Todo este mundo veio ao de cima em 1975. Quando os ocupantes começaram a desenhar no terreno os contornos das suas unidades de produção toda esta herança os empurrou para as grandes dimensões⁽¹¹⁾, como atrás se mostrou. O fascínio pelas máquinas — pelo progresso — também não tardou a confirmar-se. Assim, por exemplo, no fim do segundo ano de existência das *novas* unidades o número de tractores, relativamente à situação anterior à ocupação, havia aumentado 73% (de 2630 para 4150) e do de máquinas de colheita de 115% (de 960 para 2060)⁽¹²⁾. Em muitos casos, em termos técnicos, verificava-se uma acentuada sobremecanização.

De qualquer modo as máquinas e, em particular, o tractor têm uma dimensão social e cultural que não pode ser escamoteada. O tractor passou a ser o transporte das gentes da Reforma Agrária, para o trabalho, para as manifestações, para as festas. O penoso calcorrear dos caminhos da latifúndio foi substituído pelo tractor que permite aos trabalhadores percorrerem e apreenderem o *seu* território da Reforma Agrária.

As unidades de produção da Reforma Agrária são, como já se referiu, geridas por colectivos eleitos de trabalhadores, os seus membros efectivos recebem um salário certo, previamente estabelecido e cada trabalhador não tem nenhum direito sobre o património da unidade de produção, mesmo sobre o acrescentado durante o período em que nela trabalhou.

Este tipo de organização afasta-se, contudo, da empresa estatal que era o modelo preferido pelo PCP. Para este en-

⁽¹⁰⁾ Ver sobre este assunto o interessante depoimento de Gianni Usai e Marcello Capri, *Passé et présent de l'URSS dans les discussions entre ouvriers chez Fiat Mirafiori*, in *Il Manifesto, Pouvoir et opposition dans les sociétés postrévolutionnaires*, Paris, Éditions du Seuil, 1978, pp. 186-190.

⁽¹¹⁾ Relativamente ao panorama existente em 1974, registou-se, com a constituição das unidades de produção da Reforma Agrária uma maior concentração de terra (A. Barros, *A Reforma Agrária em Portugal*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciências, 1979, pp. 112-3).

⁽¹²⁾ 9.^a Conferência da Reforma Agrária, Évora 1 e 2 de Junho de 1985, 36 p.

torse à ideologia contribuíram duas ordens de razões, as primeiras decorrentes da relação deste partido com o Estado e a segunda relacionada com a vontade dos trabalhadores. Assim, o PCP nunca teve um controlo sobre o aparelho de Estado que lhe permitisse exercer a partir deste uma relação permanente e constante com as empresas estatais. Acresce, ainda, que este modelo poderia facilitar, através da nomeação de gestores, a luta contra a Reforma Agrária.

A segunda ordem de razões prende-se com a própria vontade que os trabalhadores tinham de tomar o seu destino em mãos — recorde-se, de novo, como ecoou profundamente no Alentejo, na campanha presidencial de 1976, a mensagem que defendia a iniciativa das bases. E isto apesar desta vontade não ser, com frequência, acompanhada nos assalariados temporários por capacidades que a pudessem tornar completamente efectiva. O analfabetismo e a dificuldade em apreenderem a globalidade da organização e planeamento da produção, constituíam, de facto, factores que lhes dificultavam controlar a gestão das unidades de produção. Esta situação levou mesmo a que, logo nos primeiros tempos após as ocupações, tenham sido eleitos, em grande número, para a direcção das *novas* unidades os seus elementos cuja profissão antes da Reforma Agrária lhes tinha dado maior capacidade de gerir: seareiros, pequenos agricultores e alguns permanentes ligados à organização e planeamento do processo produtivo⁽¹³⁾.

Vão agora tecer-se alguns comentários sobre a relação dos assalariados agrícolas com os pequenos e médios agricultores familiares. Como é bem conhecido, a posição tradicional do movimento comunista assenta numa formulação de que várias experiências históricas evidenciaram a ambiguidade e o carácter contraditório. Assim, por um lado, no plano político defende-se a aliança do proletariado com o campesinato mas por outro, toda a estratégia económica para alcançar o projecto do *futuro* passa pela *negação* do campesinato. Ou seja, advoga-se uma aliança mas simultaneamente um dos termos dessa aliança não é aceite como *sujeito* das transformações económicas a efectuar.

Estas contradições estavam presentes na construção dos *futuros possíveis* do proletariado agrícola do Alentejo. Assim os pequenos e médios agricultores familiares deviam ser encarados como aliados políticos mas, simultaneamente, no plano económico as suas pequenas estruturas produtivas eram consideradas incompatíveis com o *futuro* por que se lutava.

(13) Cf. os trabalhos de C. Borges Pires já referidos.

Se este panorama ideológico já era de molde a não facilitar um entendimento entre o proletariado agrícola e os agricultores familiares, a história recente contribuía ainda para um agravamento. De facto, nos comportamentos e nos confrontos sociais que se desenrolaram em cada comunidade, os agricultores familiares discriminavam muitas vezes os assalariados e, em geral, tomavam o partido dos latifundiários e dos grandes capitalistas agrícolas⁽¹⁴⁾. Outra circunstância que afasta estes grupos sociais decorria das situações, em particular nas épocas de ponta, em que o médio agricultor recorria ao assalariamento de um ou outro trabalhador. Nestes casos era frequente o assalariado exigir um salário mais elevado ao médio agricultor que ao grande capitalista. Por um lado, o agricultor familiar apenas dava emprego acidentalmente e sem continuidade enquanto o segundo assegurava trabalho com regularidade. Por outro, o médio agricultor obrigava o assalariado a um esforço mais intensivo — trabalhavam lado a lado.

Depois do 25 de Abril de 1974 a ambiguidade do posicionamento político-ideológico dos assalariados agrícolas face aos agricultores familiares não foi de molde a anular o contencioso existente, que emergiu vigorosamente com a distribuição forçada de trabalhadores desempregados pelas explorações agrícolas. Assim quando desde finais de 1974 os assalariados começaram a impor a *sua* distribuição não só não pouparam os agricultores familiares que acidentalmente recorriam a trabalho assalariado como, frequentemente, a distribuição efectuada os atingiu, em termos relativos, mais duramente que aos grandes empresários.

Outro facto que afectou gravemente a relação entre estes grupos sociais foi a ocupação de cerca de 17 mil hectares de terras integradas em explorações familiares. Estas ocupações, apesar da sua pouca dimensão relativa, tiveram um efeito muito importante na luta político-ideológica, pois favoreceram um clima de instabilidade que contribuiu para empurrar — não só nos campos do Alentejo mas em todo o país — os agricultores familiares para o bloco das classes e grupos sociais que se opuseram às transformações económicas e sociais que se operaram em 1974-75.

É certo que estes comentários não encerram a questão dos pequenos e médio agricultores no processo de Reforma

⁽¹⁴⁾ Cf., por exemplo, José Cutileiro, *ob. cit.* e Agostinho de Carvalho, *A aldeia alentejana da Granja do Mourão*, in *Agros*, 46(4), 1963, p. 317. É igualmente esclarecedor o romance de Manuel Ribeiro, *A planície heróica*, Lisboa, Guimarães editores, 5.^a edição, 1979, 205 p.

Agrária. Haveria pelo menos que analisar: porque nunca estiveram em condições de reivindicar um pouco de terra para *arredondar* as suas explorações como, por vezes, se justificava; a debilidade das suas organizações sindicais; os insucessos do aparelho de Estado nas iniciativas favoráveis aos agricultores familiares que tomou em 1975 e o facto do PCP não ter, com frequência, evitado a marginalização deste grupo social. Estes pontos excedem, no entanto, o âmbito deste texto⁽¹⁵⁾ onde apenas se pretende sublinhar como a história e a *visão do mundo* do proletariado agrícola se reflectiu nesta questão.

Contra-Reforma Agrária: projectos e factos

Nos pontos anteriores procurou-se evidenciar que os trabalhadores agrícolas dos campos do Sul foram, de facto, *sujeito* no processo de *Reforma Agrária*. Vão agora apresentar-se algumas facetas e comentários sobre a contra-Reforma Agrária que, de modo efectivo, se desencadeou desde 1977.

Não se traz, contudo, a este texto uma apreciação à história política das tentativas de destruir a Reforma Agrária nem ao detalhe da legislação e das medidas económicas, técnicas e financeiras que, com este mesmo objectivo, têm sido lançadas. Apenas se vai registar, através de três indicadores globais a marcha da contra-Reforma Agrária. Área total das unidades de produção da Reforma Agrária (1000 ha): 1975/76 — 1130; 1976/77 — 1130; 1977/78 — 1075; 1978/79 — 880; 1979/80 — 561; 1980/81 — 528; 1981/82 — 499; 1982/83 — 473 e 1983/84 — 428. Postos de trabalho permanentes nestas unidades (1000): 1975/76 — 44,1; 1976/77 — 45,2; 1977/78 — 43,0; 1978/79 — 34,0; 1979/80 — 21,0; 1980/81 — 16,1; 1981/82 — 15,3; 1982/83 — 12,7 e 1983/84 — 11,3. Refira-se, finalmente, que no final de 1984 já haviam sido completamente destruídas 220 unidades de Reforma Agrária⁽¹⁶⁾.

Posto este panorama geral e antes de apreciar *como se defendem* e *os que defendem* os trabalhadores agrícolas, vou analisar os principais projectos governamentais anunciados para a contra-Reforma Agrária.

Em 1976, com um militante do Partido Socialista no Ministério da Agricultura, o VI Governo Provisório desencadeou as primeiras iniciativas com o objectivo de *alterar* a Reforma

(15) Ver F. O. Baptista, *ob. cit.*

(16) 9.ª Conferência da Reforma Agrária, Évora 1 e 2 de Junho de 1985, 36 p.

Agrária: cedências legais aos latifundiários e aos grandes capitalistas agrários — fixação do limite mínimo acima do qual é possível a expropriação; eliminação da sabotagem económica como fundamento para expropriar e, sobretudo, o alargamento a todos os proprietários do direito de reserva ⁽¹⁷⁾ — e medidas visando a constituição de um núcleo de trabalhadores de unidades de produção da Reforma Agrária afectos ao Partido Socialista (PS). Convém de qualquer modo notar que paralelamente a estas iniciativas — e a outras: substituição das chefias dos Centros Regionais de Reforma Agrária por elementos que, em muitos casos, se vieram a revelar partidários determinados da contra-Reforma Agrária — prosseguiram as expropriações o que contribuiu para fazer avançar no plano legal a Reforma Agrária.

O equívoco desta política foi admitir que os latifundiários, os grandes capitalistas agrários e os seus aliados, estavam dispostos a aceitar compromissos e não queriam, pura e simplesmente, reconstituir os seus patrimónios fundiários. Foi, no entanto, logo na segunda metade de 1976 que esta política, por não ser suficientemente favorável à grande propriedade foi posta em causa no seio do Governo e do PS e que o seu principal responsável se demitiu. Ganharam, assim, um tom de amarga ironia os argumentos que haviam sido utilizados, em Janeiro de 1976, para a justificar: «(...), no actual clima político e social o alargamento do direito de reserva pode constituir um factor de estabilização, que, sem pôr em causa, no fundamental, a Reforma Agrária, contribuirá para desarmar as forças que se lhe pretendem opôr» ⁽¹⁸⁾.

A outra vertente da política do VI Governo Provisório para a Reforma Agrária visava, como referi, constituir uma base social afectada ao PS entre os trabalhadores da Reforma Agrária. Com este objectivo os órgãos regionais do Ministério da Agricultura desencadearam acções em que, prometendo um forte apoio do Governo e explorando conflitualidades existentes nas unidades de produção da Reforma Agrária — unidades colectivas de produção e cooperativas de produção (UCP/Coop.) — procuraram desencadear cisões nestas de modo a constituírem-se novas UCP/Coop. Este processo ficou conhecido por desanexações e, geralmente, as unidades assim constituídas apenas integravam uma das herdades que se haviam associado para formar a UCP/Coop. aquando da ocupação das terras

⁽¹⁷⁾ Cf. F. Oliveira Baptista, *ob. cit.*, pp. 47-57.

⁽¹⁸⁾ *Princípios fundamentais a respeitar no prosseguimento da Reforma Agrária na zona de intervenção*, Janeiro de 1976.

bem como os trabalhadores que trabalhavam nessa parte da UCP/Coop.

A política de desanexações recebeu uma aceitação mais favorável da parte de trabalhadores que se encontravam nas herdades mais férteis ou mais capitalizadas — esperavam, assim, não partilhar a renda diferencial — e dos que se encontravam a viver situações conflituais. Este último aspecto explica, de resto, o maior sucesso das desanexações no distrito de Beja onde, na época, as tentativas do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de intervir na organização e vida das UCP/Coop. levaram, nalguns casos, a tensões graves no seio destas.

É ainda interessante referir que, embora um dos argumentos utilizados a favor das desanexações tenha sido a necessidade duma maior democracia interna, se verificou com grande frequência que nas unidades nascidas desta política quem induzia a desanexação e depois desta consumada ficava, sem qualquer democraticidade, à frente dos destinos da nova unidade era o antigo feitor da herdade, ou seja a divisão do trabalho retomava, em parte, a hierarquia anterior à ocupação das terras ⁽¹⁹⁾.

Este movimento de constituição de unidades de produção afectas ao PS, chegou a abranger 11% do número total de UCP/Coop. mas apenas 6% da área total das terras ocupadas e 2,5% do número de trabalhadores da Reforma Agrária ⁽²⁰⁾. De qualquer modo, dado que a base da sua existência eram os favores do aparelho de Estado, com a saída do Governo do principal impulsionador da política de desanexações, o empenho deste aparelho esmoreceu e o movimento das unidades desanexadas extinguiu-se.

As forças que levaram a esta saída iniciaram, de imediato, com as sucessivas equipas que desde finais de 1976 se sucederam no Ministério da Agricultura, uma violenta contra-Reforma Agrária, cuja cobertura legal veio a ser a Lei n.º 77/77 e cuja substância tem vindo a traduzir-se, de facto, na reconstituição dos patrimónios fundiários anteriores à Reforma Agrária. A própria equipa ministerial que preparou e fez aprovar a Lei n.º 77/77 actuou, na prática, apenas neste último sentido tornando letra morta o modelo para que apontava aquela Lei: consolidação e implantação predominante de empresas muito

⁽¹⁹⁾ Cf., por exemplo, Carlos Borges Pires, *Política de emprego e intensificação das actividades desenvolvidas numa cooperativa de produção agrícola*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciências, 1981, p. 6.

⁽²⁰⁾ Michel Drain, *Occupations de terres et expropriations dans les campagnes portugaises*, Paris, C.N.R.S., 1982, p. 59.

capitalizadas mas de área inferior à dos grandes domínios existentes até à Reforma Agrária, ou seja um capitalismo de *média dimensão* física mas de *grande dimensão* económica; a par deste sector, mantinham-se os pequenos e médios agricultores familiares enquanto as unidades colectivas e cooperativas, muito amputadas e descapitalizadas, seriam acantonadas nas piores terras ⁽²¹⁾.

Este modelo, como já referi, nunca teve qualquer concretização até porque não havia nenhum grupo social interessado na sua implantação — o dos latifundiários e grandes capitalistas agrários, com tais Governos, não julgou necessário optar por qualquer reconversão! De resto, esta concretização também não emergiu nas preocupações dos Governos desde 1977 pois, sem qualquer respeito pela legalidade que eles próprios tinham criado, empenharam-se em reconstituir os domínios anteriores à Reforma Agrária.

Esta política fundiária foi complementada sobretudo em 1980 pelo Governo da AD (Aliança Democrática: Partido Social Democrata e Centro Democrático e Social), com a chamada distribuição de parcelas. Esta iniciativa surgiu como procura de resposta à situação social que vinha sendo criada, desde 1977, nos campos da Reforma Agrária — desemprego, repressão policial constante para impor a política fundiária, clima de confronto social — e à sua repercussão nas cidades, pela reconstituição dos grandes domínios fundiários em que, de resto, o Governo da AD se empenhou determinadamente.

O objectivo da distribuição de parcelas era constituir uma base social que apoiasse a reconstituição do latifúndio e das grandes explorações capitalistas. Para isto retirava-se terra às UCP/Coop. que depois era retalhada em lotes, na maior parte dos casos de pequena dimensão ⁽²²⁾, que eram entregues a trabalhadores agrícolas e a pequenos agricultores. Convém ainda acrescentar que embora tenha sido o Governo da AD, em 1980, quem deu maior impulso a esta política, ela tem, pelo menos, tentado todos os Governos que se sucederam desde 1977.

Esta política poderia, de facto, ter um efeito extremamente desgastante sobre a Reforma Agrária. É certo que, como alguns

⁽²¹⁾ Neste ponto sigo o meu artigo *Reforma Agrária; distribuição de parcelas e a questão da terra* in *Economia e Socialismo* n.º 56, 1982, pp. 4-9. Cf., também sobre este assunto: António Lopes Cardoso, *A nova lei da Reforma Agrária*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978, pp. 33-132 e Fernando Oliveira Baptista, *A contra-Reforma Agrária* in *Economia e Socialismo*, n.º 43, 1979, pp. 3-13.

⁽²²⁾ Na abordagem da distribuição de parcelas vou utilizar o artigo *Reforma Agrária, distribuição...*, que já antes referenciei.

autores têm sublinhado «não há terra que chegue» para distribuir a todos os trabalhadores agrícolas do Sul e para assim resolver, nomeadamente, o problema do desemprego. Isto é, evidentemente, correcto, mas não pode levar a subestimar o peso que teria uma ampla franja de pequenos agricultores, criados a partir da entrega de terras, como clientela política, fornecedora de força de trabalho eventual às empresas capitalistas e base de apoio nos confrontos sociais, em especial contra os que se mantivessem assalariados agrícolas.

No entanto, este desenvolvimento exigia uma distribuição muito substancial de terra em parcelas o que vem sendo bloqueado pelos conflitos existentes, a este respeito, no seio dos latifundiários e capitalistas agrários.

Estes confrontos tiveram a sua expressão mais facilmente detectável no interior da própria CAP (Confederação dos Agricultores de Portugal). Aqui se conglomeraram, desde 1975, empresários agrícolas que eram também intermediários, capitalistas ligados «à pecuária sem terra», latifundiários e grandes proprietários, capitalistas agrários, de média e grande dimensão, do sequeiro alentejano, das zonas de vinha do Oeste e Ribatejo, dos perímetros regados, da fruticultura, etc.

A Reforma Agrária, contudo, não atingiu de igual modo todos estes grupos que se encontraram com interesses e posições muito diferentes face ao negócio proposto pelos Governos da Aliança Democrática: vamos sacrificar alguns aneis para salvar a maior parte deles bem como, entendamo-nos, todos os dedos. Ou seja, pretendia-se que com base na distribuição de parcelas se contituísse uma larga faixa de apoio à política de destruição das unidades colectivas e cooperativas e de enfraquecimento das condições de luta dos trabalhadores agrícolas do Sul.

A política de *entrega de terras* pretendia concretizar esta orientação e os oponentes que encontrou no seio da CAP foram, sobretudo, grandes agrários alentejanos (latifundiários, proprietários e capitalistas agrários por conta-própria) — mais de 95% da área distribuída em parcelas localizava-se no Alentejo — que viam por esta via dificultada a reconstituição dos patrimónios fundiários. De facto, nas previsões dos grandes agrários, sensatas, do seu ponto de vista, face à conjuntura política, é mais fácil recuperar os prédios integrados nas unidades colectivas e cooperativas que a terra entregue, pelos governos da própria Aliança Democrática, a pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas.

De qualquer modo um aspecto incontroverso, tanto na informação publicada pelos trabalhadores das UCP/Coop. como na editada pelo Ministério da Agricultura, é, como se tem vindo

a referir, o facto da política fundiária nos campos do Sul, desde 1977, se ter traduzido sobretudo na progressiva destruição da Reforma Agrária e na reconstituição dos latifúndios e do grande capitalismo agrário — mais de oitenta por cento da terra retirada às UCP/Coop. foi entregue a este sector ⁽²³⁾.

Terras da Reforma Agrária, um espaço dos trabalhadores

Face à resistência dos trabalhadores, a contra-Reforma Agrária tem sido, em larga medida, imposta pelas forças policiais da Guarda Nacional Republicana. Esta resistência assenta numa enraizada tradição de luta, na lição de que «um homem só não vale nada» ⁽²⁴⁾, numa base organizativa apoiada nos Secretariados das UCP/Coop., nos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas e no Partido Comunista Português, numa consciência nítida da importância da Reforma Agrária e na orientação imprimida à vida das UCP/Coop. de molde a fortalecer a capacidade de luta dos trabalhadores.

Não vou entrar em minúcias sobre a resistência e a acção policial pois, além de bem conhecidas, ressaltam com clareza se se folhearem colecções de jornais dos últimos anos. De resto, apenas me vou deter no último aspecto antes mencionado, ou seja nas opções tomadas, de modo coordenado, ao nível das UCP/Coop., nos domínios da organização da produção e do trabalho, visando acautelar a unidade e identidade colectiva dos trabalhadores. A orientação genérica destas opções é assegurar emprego ao maior número possível de trabalhadores e repartir com equidade os salários e benefícios da Reforma Agrária. Actualmente, a principal linha de concretização desta orientação — e a única que vou apreciar — é a contenção salarial.

⁽²³⁾ *Boletim informativo da Direcção Regional de Agricultura do Alentejo*, Dezembro de 1980; *5.ª Conferência da Reforma Agrária*, Évora, Maio de 1981, 31 p. e *6.ª Conferência da Reforma Agrária*, Évora, Maio de 1982, 32 p.. Ver, também, os comentários que, sobre este aspecto, se fazem no artigo *Reforma Agrária, distribuição...*, p. 4.

É também de salientar o apoio em crédito que tem sido concedido pelo Governo para esta reconstituição. A este respeito vale a pena consultar a lista de beneficiários do crédito concedido pelo IFADAP de 1981 a 1984, que recentemente foi publicada nalguns jornais (Cf., por exemplo, *Diário do Alentejo*, de 12 de Julho de 1985).

⁽²⁴⁾ Recorde-se a fala da velha Armanda Garrusca nas últimas páginas da *Seara de Vento* de Manuel da Fonseca. «Digam à minha neta! Digam-lhe que ela tem razão! Um homem só nada vale!»

Já salientei num ponto anterior que a lógica económica das UCP/Coop. se pauta pela maximização do emprego. Resta agora acrescentar que para facilitar este objectivo os trabalhadores têm optado, através dos Sindicatos, por uma forte contenção salarial. Assim, tomando como indicador a relação entre o salário (homem-trabalhos gerais) nas UCP/Coop. e o salário mínimo nacional para a indústria e serviços, verifica-se que esta passou de 1,5 em 1975 para 0,9 em 1980 e actualmente. Refira-se, ainda, que só entre 1975 e 1980 o poder de compra dos trabalhadores das UCP/Coop. sofreu uma quebra de 45% ⁽²⁵⁾.

Para atenuar as consequências desta contenção salarial os trabalhadores procuraram reduzir os encargos monetários com a alimentação, o que tem passado em muitas UCP/Coop. pela distribuição aos trabalhadores de alimentos produzidos nestas e pela possibilidade de cada um dispor, nas terras de unidade de produção da Reforma Agrária, duma pequena parcela de terra que pode cultivar como entender. Recorde-se, a propósito deste último aspecto, que nos primeiros tempos de Reforma Agrária houve, com muita frequência, uma recusa, por motivos ideológicos — o modelo era a empresa estatal — em conceder estes hortejos.

Criaram-se, ainda, em muitas vilas e aldeias, por iniciativa das Câmaras Municipais ou mesmo de UCP/Coop., serviços sociais que também contribuíram para melhorar a vida dos trabalhadores. Note-se que, em geral, estes serviços, mesmo quando da responsabilidade das UCP/Coop., são abertos a toda a população, procurando-se assim estender os benefícios da Reforma Agrária. De resto, em muitos casos, como por exemplo na freguesia do Couço (concelho de Coruche) ⁽²⁶⁾, o direito de cultivar um hortejo nas terras das UCP/Coop. foi também alargado a toda a população da aldeia.

Ainda dois comentários relacionados com a contenção salarial. Nas relações de trabalho as UCP/Coop. guiam-se pelo estipulado nas Convenções de Trabalho assinadas pelos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas, pelo que os montantes salariais fixados valem tanto para o sector da Reforma Agrária como para o sector privado. Vê-se, assim, que a contenção salarial que defende a Reforma Agrária é também favorável à

⁽²⁵⁾ Fernando Oliveira Baptista, *Reforma Agrária na hora da resistência*, in *Gazeta do Mês*, n.º 1, Maio de 1980.

⁽²⁶⁾ Cf. Ana Maria Vinhas Novais, *Trabalho sofre a freguesia do Couço (concelho de Coruche) a ser publicado no Instituto Superior de Agronomia.*

reconstituição do grande capitalismo agrário. Sucede, mesmo, nalgumas localidades que este sector tem pago salários mais elevados que os das UCP/Coop. para evidenciar, no confronto social, a apregoada *ineficácia* destas. O segredo da *eficácia* assenta, como não é difícil perceber, no facto dos sistemas de produção implantados pelo capitalismo agrário não terem qualquer preocupação com o nível de emprego — que é muito inferior ao das UCP/Coop. ⁽²⁷⁾ — e, portanto, o peso dos encargos salariais no rendimento obtido é de molde a suportar salários mais elevados.

O segundo comentário refere-se aos limites do ciclo emprego/contenção salarial como defesa da Reforma Agrária. De facto, se a contra-Reforma Agrária continuar a retirar terras às UCP/Coop., a reconstituir o grande capitalismo agrário e em consequência progredir o aumento do desemprego, aquele ciclo vai-se tornando cada vez mais vulnerável e frágil como defesa da Reforma Agrária. Não creio, contudo, que houvesse alternativa a esta linha de defesa das UCP/Coop. pois não há que alimentar ilusões sobre a existência de *ilhas* de Reforma Agrária, ou seja, da sobrevivência, com uma lógica capitalista, de uma ou outra unidade de produção que disponha de condições mais favoráveis. «Face ao envolvimento actualmente existente, seria forçada, para subsistir, a enquadrar-se na dinâmica capitalista o que conduziria, por exemplo, a optar por uma diminuição do número de postos de trabalho permanentes e a recorrer, sazonalmente ao trabalho assalariado; ou seja, um punhado vivendo colectivamente com base na mais-valia dos que assalaria» ⁽²⁸⁾. Isto, como é evidente, nada tem a ver com a Reforma Agrária, para todos e libertadora, por que lutavam e lutam os trabalhadores dos campos do Sul.

A Reforma Agrária permitiu nos dois primeiros anos, ou seja, antes do início da sua destruição, que os trabalhadores agrícolas melhorassem as suas condições de vida ⁽²⁹⁾ e deixassem de estar expostos ao flagelo do desemprego ⁽³⁰⁾. Com o

⁽²⁷⁾ Além dos números já apresentados anteriormente vou agora registar outro exemplo: em 1980, no distrito de Santarém, enquanto nas explorações capitalistas instaladas nas terras retiradas à Reforma Agrária a relação hectares-por-trabalhadores era 205, nas UCP/Coop. era de 26 (Cf. F.O. Baptista, *A Reforma Agrária, na hora...*).

⁽²⁸⁾ F.O. Baptista, *Reforma Agrária, na hora...*

⁽²⁹⁾ Cf., por exemplo, Carlos Borges Pires, *Condições de vida e de alimentação das famílias dos trabalhadores rurais da freguesia de Albernoa*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência, 1979, 39 p.

⁽³⁰⁾ Em Janeiro de 1977, quando no Ministério da Agricultura já se apregoava a contra-Reforma Agrária, um relatório do Gabinete de Planeamento daquele Ministério era obrigado a reconhecer: «Em

avanço da ofensiva contra a Reforma Agrária estas conquistas vêm sendo comprometidas e, assim, por exemplo, o desemprego ganhou tal dimensão que em 1981 os responsáveis governamentais não puderam ignorar a situação e foram obrigados a lançarem medidas⁽³¹⁾ visando atenuá-la.

Não são, contudo, apenas estes aspectos que estão em jogo quando os trabalhadores defendem as UCP/Coop. Creio, mesmo, poder afirmar que, embora estas sejam questões decisivas, há outras que não são menos sentidas pelos trabalhadores. A Reforma Agrária permitiu que realizassem, ainda que parcelar e embrionariamente, uma das suas enraizadas aspirações: terem o controlo do processo de produção e do seu espaço de sociabilidade.

De facto, como antes notei, nas unidades de produção da Reforma Agrária o controlo e a gestão da produção estão nas mãos dos trabalhadores e estas unidades, em conjunto com a acção das Câmaras Municipais, levaram a que as aldeias do Alentejo deixassem de ser um espaço onde imperava a ordem social do latifúndio e da grande empresa capitalista, para se tornarem terras conquistadas pelos trabalhadores, onde estes se viam, por uma vez, cidadãos a parte inteira.

Sobre esta situação convém notar que paralelamente à desarticulação do latifúndio e do grande capitalismo agrário⁽³²⁾

resultado das medidas de reforma agrária na zona de intervenção e da política seguida quanto a crédito e emprego de mão-de-obra assalariada, desapareceu, é certo, a figura, bem negra do maciço desemprego dos trabalhadores por conta de outrém». (*Plano 1977-1980. Diagnóstico da situação do sector (Agr.-Pec.-Silv.)*, 1.ª versão (mimeografado), 15 de Janeiro de 1977, p. 21).

⁽³¹⁾ Ministério do Trabalho — Secretaria de Estado do Emprego, *Plano de acção de combate ao desemprego declarado no Alentejo /1981*, (fotocopiado) s/ data, 2 p.+ 2 p.+2 anexos.

⁽³²⁾ A repartição da área total das unidades de produção agrícola era, em 1975, a seguinte: agricultura familiar, 21%; capitalismo agrário — 24% e sector da Reforma Agrária — 55%. Mesmo em 1979, quando a ofensiva contra a Reforma Agrária já lhe tinha amputado nos campos do Sul 234 mil hectares — 24% da área de 1975 — ainda, segundo o RAC/79, a Reforma Agrária era o sector com maior dimensão relativa (41% da área total), seguida do capitalismo agrário (32%) e da agricultura familiar (27%). Vale ainda a pena acrescentar que, dum modo geral, o capitalismo agrário que subsistiu foi o de menor dimensão, como é evidente na informação fornecida pelo *Recenseamento Agrícola do Continente* de 1979 (RAC/79). Assim, no escalão de superfície agro-florestal igual ou superior a 1000 hectares, 89% da área pertencia a UCP/Coop., enquanto no escalão de 500 a 1000 ha esta percentagem era de 64% e no de 200 a 500 ha de apenas 6%.

A informação relativa à repartição de área em 1975 foi estimada a partir do *Inquérito às explorações agrícolas* de 1968 e de Afonso de

pelo movimento de ocupação de terras, o processo de democratização iniciado em 1974 levou a que os responsáveis pelas Câmaras Municipais fossem eleitos. Sucedeu, assim, que para a grande maioria das Câmaras da zona da Reforma Agrária venham sendo eleitas as listas da Aliança do Povo Unido (PCP e Movimento Democrático Português). Isto levou a uma articulação das Câmaras com as unidades de produção dos trabalhadores que melhorou as condições de vida das aldeias (criaram-se creches, postos médicos, casas de cultura, centros de convívio e de apoio para velhos, construíram-se estradas, electrificou-se, fizeram-se redes de esgotos e de abastecimento de água, etc.) mas, que sobretudo, alterou radicalmente a relação de forças local: os trabalhadores tornaram-se senhores do espaço em que vivem e trabalham.

No quotidiano do proletariado agrícola do Alentejo, a conquista do espaço social foi decisiva e pode mesmo afirmar-se que tem sido a base onde mais fortemente radica a defesa que os trabalhadores têm feito da Reforma Agrária. Assim, nas terras que ainda se encontram sob gestão dos trabalhadores, estas têm sido conduzidas a uma economia de sobrevivência — o ciclo emprego/contenção salarial — que, na hora actual, visa sobretudo defender⁽³³⁾ o espaço onde se vive o quotidiano, pois enquanto este for dominado pelos trabalhadores tudo continua a parecer possível.

A conquista do espaço de sociabilidade pelos trabalhadores bem como a sua gestão e controlo da produção criaram uma situação onde se anteviu a *socialização de economia* e a sua articulação com a *socialização do poder*⁽³⁴⁾. A Reforma Agrária

Barros, *A Reforma Agrária em Portugal*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência, 1979, 274 p.. A repartição referida para 1979 foi estimada com base no RAC/79, tendo-se considerado que: o capitalismo agrário englobava o *agricultor empresário*, as *sociedades* e o *Estado* ou *empresa pública*; a agricultura familiar coincidia com o *agricultor autónomo* e o sector da Reforma Agrária compreendia as *unidades colectivas de produção* e as *cooperativas de produção agrícola*.

(33) Ver a discussão deste aspecto em Michael Vester, *A força bloqueada — A Revolução em Portugal e a economia moral do Alentejo*, (dactilografado), 110 p. e Carlos Figueiredo, *Limites das «formações económicas diferenciadas» — caso da Reforma Agrária* in *Economia e Socialismo*, n.º 35, 1979, pp. 3-14.

(34) «No conjunto, a exigência que se impõe é exactamente a de operar uma socialização do poder que torne possível uma socialização da economia e que, por outro lado, se torne ela mesmo possível pela socialização da economia». (Umberto Cerroni, *Existe uma ciência política marxista?* in N. Bobbio et alii, *O Marxismo e o Estado*, Rio de Janeiro, Graal, 1979, p. 63). Ver, também, Giuseppe Vacca, *Discorrendo sobre o socialismo e democracia*, in N. Bobbio et alii, *ob. cit.*, pp. 139-179.

colocou⁽³⁵⁾, assim, a questão central da transformação social em sociedades como a portuguesa⁽³⁶⁾, apesar de tudo se vir desenrolando com grandes limitações e deficiências — recordem-se, por exemplo, as atrás referidas dificuldades dos trabalhadores com a gestão — de modo parcelar em relação ao conjunto da sociedade portuguesa e como uma questão exterior ao projecto global das grandes organizações políticas de esquerda.

As zonas da agricultura familiar e o 25 de Abril⁽³⁷⁾

A Norte do Tejo e mais seguramente do Mondego, encontra-se a outra face dos campos portugueses. Predomina a agricultura familiar e a vida social desenrola-se em comunidades rurais hierarquizadas, onde as relações sociais são filtradas através dos grupos familiares e muito dependentes da relação destes com a terra. Estas comunidades são também profundamente marcadas por sentimentos e manifestações de religiosidade e, no plano político, a articulação com o exterior é, dum modo geral, mediada pelo *notáveis*. Nos primeiros anos da década de setenta, esta mediação era assegurada, numa apreciação genérica, por elementos ligados às famílias das casas senhoriais e também, em menor escala, por homens das profissões liberais (médicos, advogados, etc.). Em todo o caso em muitas *freguesias* e *concelhos*, estes grupos de *notáveis* eram levados, quando não forçados, a coexistirem no exercício desta mediação com ricos comerciantes e intermediários e com quadros médios da administração pública integrados no *concelho*.

A articulação assim estabelecida, entre os agricultores familiares e o bloco de classes detentor do poder antes do 25 de Abril, constitui um aspecto central para compreender os acontecimentos que se sucederam em 1974-76. De facto, neste período, a relação das organizações políticas empenhadas no

(35) Embora me pareça que foi, de facto, a Reforma Agrária que colocou esta questão com mais força e amplitude, ela surgiu também no movimento das comissões de trabalhadores, de moradores, etc.

(36) Sobre este ponto ver, por exemplo, Rainer Eisfeld, *Reflexões sobre o murchar dos cravos* in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 15/16/17, 1985, pp. 123-137.

(37) Neste ponto sigo o meu artigo *O meio rural português e o 25 de Abril: os anos decisivos (1974-1976)* in *Tempo Brasileiro*, n.º 77, 1984, pp. 71-85.

processo de transformação social com os agricultores familiares não ultrapassou uma fase de exterioridade política e ideológica. A origem social e mesmo geográfica da maior parte dos quadros daquelas organizações, estranhos às aldeias e apenas tendo tomado contacto com elas depois do 25 de Abril, contribuiu fortemente para esta situação. Convém também sublinhar que, dadas as condições sociais e ideológicas, a repressão fascista fora aqui particularmente eficaz pelo que no 25 de Abril a esquerda não estava presente nos campos das aldeias da agricultura familiar, os seus militantes não se moviam com facilidade e as condições existentes não vieram, mesmo, a permitir um relacionamento fácil. A estes aspectos, para compreender esta fase de exterioridade, há ainda que acrescentar a conhecida *herança* do movimento operário face aos pequenos e médios agricultores familiares.

Todos estes factores agiram, simultaneamente, como causa e consequência duma relação de afastamento entre os agricultores familiares e as organizações de esquerda. Por um lado, impediram um trabalho político que teria sido essencial; por outro, dificultaram a sensibilidade destas organizações à questão económica, social e política das zonas onde predomina a agricultura familiar e a integração destes ensinamentos nas suas práticas de luta. Verificou-se, assim, a falta de articulação política entre os pequenos e médios agricultores familiares e o movimento operário e popular das cidades e dos campos da Reforma Agrária, pelo que o lançamento de medidas e iniciativas que pudessem contribuir para transformações sociais no mundo das aldeias do Norte do país ficava dependente duma eventual acção do poder de Estado.

Não tem cabimento entrar neste texto em detalhes sobre as iniciativas tomadas pelo poder de Estado, depois do 25 de Abril, relativamente às zonas da agricultura familiar, pelo que me vou limitar a algumas conclusões. Assim, até Março de 1975, como mostra um estudo recente⁽³⁸⁾, as medidas tomadas, em particular sobre preços, afectaram gravemente os interesses dos agricultores familiares. Depois desta última data procurou-se corrigir esta orientação e foram lançadas iniciativas em vários domínios — preços, comercialização, democratização das cooperativas, crédito agrícola, arrendamento agrícola, extinção de foros, devolução dos baldios aos povos, etc. — visando favorecer

⁽³⁸⁾ Agostinho de Carvalho, *Os pequenos e médios agricultores e a política agrária no período 1960-1975 — perspectivas de desenvolvimento da agricultura*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência, 1984, pp. 161-221.

o aumento de produção e sobretudo procurar ir ao encontro dos interesses dos pequenos e médios agricultores. Não se tratava, convém salientar, de aplicar qualquer projecto global de intervenção na agricultura familiar mas apenas concretizar medidas que se adequassem a uma conjuntura política em queurgia alargar e consolidar o bloco social empenhado nas transformações sociais que então avançam no país.

O impacte das medidas tomadas depois de Março de 1975 foi, todavia, bastante débil. Por um lado, veio a revelar-se a desadequação de um ou outro aspecto dalgumas medidas⁽³⁹⁾. Por outro e incomparavelmente mais relevante, as medidas foram boicotadas e distorcidas pelas estruturas do aparelho de Estado encarregadas de as aplicar local e regionalmente. Convém, de facto, recordar que a esmagadora maioria dos directores e técnicos deste aparelho estavam identificados com os interesses dos grandes proprietários fundiários, dos empresários capitalistas, dos grandes comerciantes e intermediários e, em 1975 desnaturaram, tanto quanto lhes foi possível, as iniciativas duma política agrária dirigida aos interesses dos agricultores familiares e que, em muitos pontos, afectava os dos grupos sociais a que muitos técnicos se encontravam ligados — novos circuitos de comercialização, preços diferenciais, modificações legais na regulação do arrendamento, etc. De qualquer modo, esta actuação da administração pública regional não se limitou ao Ministério da Agricultura pois, dum modo geral, também os outros sectores do aparelho de Estado implantado nesta região reagiram contra qualquer tentativa de transformação social.

No entanto, esta acção do aparelho de Estado e a própria incapacidade do poder de Estado em reorganizar este aparelho, de modo a que a sua política fosse aplicada — como, por exemplo, se fez no Ministério da Agricultura nos distritos onde se desencadeou a Reforma Agrária — era já fruto duma situação mais ampla. Como notei em pontos anteriores, a propósito da Reforma Agrária, em 1974-76 e especialmente em 1975, viveu-se uma situação em que as relações de forças regionais se sobrepueram à capacidade de intervenção do poder de Estado comandado de Lisboa. Nos campos da agricultura familiar as forças sociais e políticas que se opunham ao processo de transformação social, onde evidentemente se integravam os grupos sociais que controlavam as estruturas de poder das comunidades rurais, criaram um clima de instabilidade que fez emergir nos homens

⁽³⁹⁾ Cf., por exemplo, a análise de legislação sobre o arrendamento rural que fiz em *Portugal 1975...*, pp. 98-104.

e mulheres da agricultura familiar, que viviam mergulhados na *ordem natural* dos *senhores* e dos grandes agrários e numa religiosidade que a apregoava, o «horror de mudar», «o poder mobilizador das ameaças de catástrofe iminente»⁽⁴⁰⁾. Este clima⁽⁴¹⁾ foi criado por uma intensa acção terrorista, pelo incêndio de florestas e por uma grande ofensiva ideológica, apoiada no anticomunismo e na difusão de rumores alarmistas. Os activistas destas acções recrutaram-se, sobretudo, nas pequena e média burguesias ligadas aos intermediários e ao comércio. Participaram, também, muito activamente largos sectores da Igreja Católica, seja pela insinuação verbal ou escrita nos jornais que publicavam, seja através de verdadeiras mobilizações de massa, como em Julho e Agosto de 1975, seja ainda, como agora começa a saber-se, através da sua ligação às redes terroristas⁽⁴²⁾.

As incapacidades do poder de Estado e as fragilidades de política agrária, face a este clima de violência e insegurança, levaram os agricultores familiares a procurarem refúgio na *ordem natural* atrás referida.

Que agricultura familiar?

O mundo das aldeias do Norte que em 1974-75 se fechou em torno dos seus *notáveis* vem, de qualquer modo, sendo exposto aos ares do tempo e paralelamente não tem abrandado a apresentação de projectos sobre as iniciativas que o Estado deveria promover em relação à agricultura familiar. Antes, porém, de apreciar estes projectos e o modo como a sua eventual concretização se relaciona com as estruturas sociais do mundo das aldeias, parece-me necessário introduzir alguns comentários sobre a agricultura familiar, em particular, nas zonas onde esta predomina. Nas notas que se seguem vou identificar estas zonas ao conjunto dos distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Aveiro, Coimbra, Leiria, Vila Real, Bragança, Viseu e Guarda pelo que a informação apresentada, salvo indicação em contrário, se refere a estes dez distritos⁽⁴³⁾.

⁽⁴⁰⁾ Maria Velho da Costa, *Cravo*, Lisboa, Moraes, 1976, p. 104.

⁽⁴¹⁾ Sobre esta questão cf. F.O. Baptista, *Portugal 1975...*, pp. 81-92 e pp. 122-131 e, também, Moisés Espírito Santo, *Comunidade rural ao Norte do Tejo*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1980, pp. 199-208.

⁽⁴²⁾ Cf. Paradela de Abreu, *Do 25 de Abril ao 25 de Novembro — memória do tempo perdido*, Intervenção, 1983, 219 p.

⁽⁴³⁾ Convém, em todo o caso, notar que as tendências aqui apontadas para a agricultura familiar destes dez distritos também se

Confrontando a informação relativa aos anos de 1968 ⁽⁴⁴⁾ e 1970 ⁽⁴⁵⁾ com a que se dispõe para 1979 ⁽⁴⁶⁾ e 1981 ⁽⁴⁷⁾, um dos aspectos que ressalta com maior nitidez é o facto da agricultura familiar acentuar o seu predomínio: no número de explorações (as familiares aumentaram levemente, entre 1968 e 1979, de 492 mil para 503 mil, enquanto o número total de explorações diminuiu, de 569 mil para 543 mil); na área total das explorações (aqui apenas em termos relativos: a área das familiares passou de 72% em 1968 para 82% em 1979 ⁽⁴⁸⁾); na população activa agrícola com profissão (a população familiar aumentou, entre 1970 e 1981, de 61% para 71%). Esta evolução foi acompanhada por um envelhecimento crescente dos dirigentes ⁽⁴⁹⁾ das explorações — de 1968 para 1979, a percentagem dos que tinham 45 ou mais anos passou de 67% para 73% e a dos que tinham 65 ou mais aumentou de 21% para 24% — paralelamente a um recuo do analfabetismo que, no entanto, ainda atingia em 1979 cerca de um terço dos *dirigentes* ⁽⁵⁰⁾.

Esta agricultura familiar reparte-se, nos dez distritos atrás mencionados, por cerca de cinco centenas de milhar de explorações agrícolas, a esmagadora maioria das quais de pequena e muito pequena dimensão — característica que não sofreu alteração relevante de 1968 para 1979 ⁽⁵¹⁾. Importa, no entanto,

verificaram no conjunto do Continente (Cf. os anexos 16 a 21 de Fernando Oliveira Baptista, *Estruturas da produção agrícola em Portugal — um panorama do último meio século*, 1985, (dactilografado), 92 p., comunicação apresentada ao seminário sobre *Transformações na agricultura* organizado em Lisboa, em Junho de 1985, pela revista *Pensamiento Iberoamericano*).

⁽⁴⁴⁾ *Inquérito às explorações agrícolas* de 1968 (IEA/68).

⁽⁴⁵⁾ *Recenseamento da população* de 1970.

⁽⁴⁶⁾ *Recenseamento agrícola do Continente* de 1979 (RAC/79).

⁽⁴⁷⁾ *Recenseamento da população* de 1981.

⁽⁴⁸⁾ O cálculo da percentagem da área familiar, em 1979, foi calculado em relação a um total de que se excluíram as áreas do sector estatal e dos baldios.

⁽⁴⁹⁾ Dirigente em 1968 e produtor individual em 1979.

⁽⁵⁰⁾ As informações relativas à idade e ao grau de instrução referem-se em 1968 ao conjunto de todas as explorações e em 1979 ao conjunto das explorações familiares e das explorações agrícolas patronais sob responsabilidade duma «pessoa singular» (produtores individuais). Note-se contudo, que, na zona da *agricultura familiar*, em 1968 as explorações familiares eram 87% do número total das explorações e em 1979 as explorações familiares eram 93% do conjunto atrás mencionado para este último ano.

⁽⁵¹⁾ Cf. Francisco Cabral Cordovil, *Transformações da estrutura das explorações agrícolas em Portugal nas últimas três décadas (1950-80) e efeitos previsíveis da adesão à CEE*, in *Economia e Socialismo* n.º 61, 1984, pp. 15-38.

sublinhar que estas explorações de pequena dimensão contribuem com grande peso para a produção agrícola ⁽⁵²⁾ e para o abastecimento do país.

Nas considerações que se seguem vou tomar como ponto de partida para a análise da agricultura familiar a apreciação do conjunto *família-exploração* ⁽⁵³⁾. Esta perspectiva crescentemente aceite, nomeadamente devido à falência das explicações fornecidas pela economia agrária tradicional, ainda não recolhe, contudo, como adiante referirei, a opção dum amplo sector de investigadores e técnicos para quem a agricultura familiar se pauta pelos mesmos critérios económicos que a agricultura capitalista ⁽⁵⁴⁾.

O *Recenseamento Agrícola do Continente* de 1979 (RAC/79) contém informação relativa à origem das receitas do agregado doméstico do produtor familiar e à repartição do tempo de actividade do produtor familiar e das pessoas do seu agregado doméstico. Começo pela origem das receitas: em 57% das 503 mil explorações familiares, mais de metade das receitas do agregado doméstico do produtor não provém da exploração agrícola; em 24%, a exploração contribuiu com mais de metade das receitas e apenas em 19% as receitas são exclusivamente originadas na exploração. A diferenciação por estes três grupos passou, como é evidente, pela possibilidade da família articular o trabalho na exploração agrícola com actividades exteriores o que depende decisivamente da existência destas actividades mas também, como agora convém notar, das características dos membros dos agregados domésticos das explorações familiares pois algumas delas — idade, analfabetismo, etc. — podem dificultar a saída da agricultura.

Postas estas notas sobre os limites desta diferenciação volto à origem das receitas. No grupo de explorações cujas famílias vivem exclusivamente da exploração creio poder afirmar que as decisões ⁽⁵⁵⁾ tomadas em relação à produção agrí-

⁽⁵²⁾ Cf. a informação fornecida por Francisco Cabral Cordovil, *Estruturas das explorações agrícolas*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência, 1979, 294 p.

⁽⁵³⁾ Cf. as perspectivas de A.V. Chayanov, *La organización de la unidad económica campesina*, Buenos Aires, Ed. Nueva Visión, 1974, 342 p. e de J. Tepichet, *Marxisme et agriculture: le paysan polonais*, Paris, A. Colin, 1973, 251 p.

⁽⁵⁴⁾ Cf. Fernando Oliveira Baptista, *Pequena agricultura: economia agrária e política agrária (anos trinta-1974)* in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 7/8, 1981, pp. 59-80.

⁽⁵⁵⁾ A decisão embora determinada por uma multiplicidade de factores económicos e não económicos é tomada nos limites consentidos pela lógica económica do agricultor familiar. Sobre esta questão

cola — é o que agora me interessa —, embora comandadas por uma grande multiplicidade de factores (económicos e não-económicos) ⁽⁵⁶⁾ dependem dos proventos (alimentos, receitas monetárias, etc.) que a família consegue retirar da exploração. Posso também admitir que nas famílias que vivem sobretudo da exploração é este último aspecto que pesa decisivamente.

Já o grupo em que mais de cinquenta por cento das receitas da família são obtidos exteriormente à exploração agrícola, merece uma abordagem mais detalhada. Cabe aqui referir que, em Portugal, alguns autores têm analisado e comentado, com base em inquéritos directos e elementos globais, a questão das receitas do agregado doméstico da exploração familiar. Assim, com base na informação recolhida nestes estudos ⁽⁵⁷⁾ e dado o meu objectivo, creio poder dividir as receitas exteriores à exploração agrícola em dois grandes conjuntos: as que resultam da actividade *actual* (no momento em que se fazem os inquéritos), no país ou no estrangeiro, de membros do agregado doméstico da exploração familiar e as que não se ligam a actividades *actuais*. No primeiro conjunto cabem sobretudo as receitas provenientes do mercado de trabalho, em Portugal ou nos países de emigração, mas também receitas orundas de algum negócio (intermediário, pequeno comércio, etc.). No segundo englobam-se as

cf. Peggy F. Barlett (ed.), *Agricultural decision Making*, Academic Press, 1984, 378 p., Michel Petit, *Theorie de la decision et comportement des agriculteurs*, ENSSAA, 36 p. e M. Godelier, *Racionalidade e irracionalidade em economia*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 397 p.

⁽⁵⁶⁾ Cf. as indicações fornecidas por Maria Pilar Oliveira Baptista, *Agricultura familiar e produção de leite no concelho de Mafra*, 1984, trabalho a ser publicado pelo Departamento de Estudo de Economia e Sociologia Agrárias do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Extensão Rural.

⁽⁵⁷⁾ Cf. Armando Trigo de Abreu, *Ruptura e continuidade na política agrícola*, comunicação apresentada à I Conferência Nacional de Economistas, realizada em Lisboa em 1982; João Castro Caldas, *Caseiros do Alto Minho — adaptação e declínio*, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 7/8, 1981, pp. 203-216; Carlos Borges Pires, *Os pequenos agricultores de Albernoa*, in *Centro de Estudos de Economia Agrária — 825 anos*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência, pp. 313-329; Isabel Rodrigo, *Feminização da agricultura*, comunicação apresentada ao Colóquio *A Mulher em Portugal*, organizado pelo Instituto de Ciências Sociais em 1985; Vitor Coelho Barros, *Sistemas de produção leiteira da Beira Litoral in Intensificação da produção leiteira*, Lacticoop, 1983, pp. 87-119; Joaquim Marques Morais, *Tipos de agricultura no concelho da Guarda*, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, 1985, (fotocopiado), 45 p. e Aida Valadas de Lima, *O rendimento em Portugal ao longo da última década*, comunicação apresentada ao Colóquio «Mudanças Sociais no Portugal de Hoje», organizado pelo Instituto de Ciências Sociais em Março de 1985.

pensões de reforma (nacionais ou estrangeiras), juros bancários, etc.

É evidente que a reprodução da família-exploração assenta, qualquer que seja a origem das receitas, no binómio receitas da exploração-receitas exteriores mas a tomada de decisão passa, seguramente, por critérios diferentes se, para apenas referir dois casos-limite, a família não desempenha qualquer actividade exterior à exploração ou se a grande maioria do trabalho dos membros da família decorre em actividades exteriores à exploração. No primeiro caso, em que a família é *passiva* em relação às receitas exteriores, as decisões a tomar face à produção agrícola, embora também aqui comandadas por numerosos factores — um dos quais é certamente a existência de receitas exteriores — dependem, como nos casos em que a maior parte das receitas tem origem na exploração, dos proventos que a família consegue retirar desta. No segundo caso apontado, as decisões a tomar em relação à produção agrícola são avaliadas no quadro dos factores (económicos e não-económicos, convém repetir) que intervêm nas decisões das famílias e no cômputo das opções possíveis a tomar nas várias frentes em que esta se ocupa. De modo muito simplificado poderia dizer-se que a tomada de decisões se desloca do *conjunto família-exploração* para o universo da *economia da família*.

Como é evidente estas considerações são demasiado lineares e esquemáticas e se, como antes afirmei, decorrem em parte da análise da literatura e informação existentes, devem tomar-se, sobretudo, como hipóteses ⁽⁵⁸⁾.

Posta esta nota de precaução vale a pena continuar com a informação do RAC/79. Infelizmente não contém elementos que nos permitam quantificar como se repartem nas explorações agrícolas os vários tipos de receitas exteriores. Fornece, no entanto, indicações relativas ao tempo de actividade na exploração do produtor individual e do produtor individual mais das pessoas do agregado doméstico, que são um indicador das actividades exteriores dos membros das famílias, apesar de além das explorações familiares abranger também os designados por *agricultores empresários* ⁽⁵⁹⁾. Começo pela percentagem do nú-

⁽⁵⁸⁾ Que, de resto, espero que venham a ser analisadas e aprofundadas no quadro dum projecto de investigação que se encontra em curso no Centro de Economia Agrária e Sociologia Rural da Universidade Técnica de Lisboa.

⁽⁵⁹⁾ A noção de *produtor individual* engloba as de *agricultor autónomo* e de *agricultor empresário*. Por *agricultor autónomo* entende-se «a pessoa singular que utiliza normal e principalmente a sua

mero total dos produtores individuais consoante o tempo de actividades na exploração do produtor individual: «tempo completo» — 24%; de 50% a 100% do tempo — 26%; menos de 50% — 42% e «sem actividade» (onde, entre outras categorias, foram considerados os emigrantes) — 8%. Agora, o mesmo indicador, mas relativo ao produtor individual mais os outros membros do agregado doméstico: «tempo completo» — 18%; de 50% a 100% — 22%; menos de 50% — 35% e «sem actividade» — 25%.

Embora o que se encontra publicado do RAC/79 não permita conjugar esta informação com a relativa às receitas, parece poder admitir-se com base na apreciação de ambas e do peso das explorações da pequena dimensão na economia agrícola do país, que há nesta um sector muito importante constituído por explorações familiares cujas decisões relativas aos aspectos da produção agrícola passam, não pelo conjunto *família-exploração*, mas pela *economia da família*.

Ainda dois comentários. Outro aspecto que elucida a crescente articulação da agricultura familiar com o seu exterior relaciona-se com a natureza do trabalho utilizado na exploração. Assim de 1968 para 1979 ⁽⁶⁰⁾, aumentou de 492 mil para 503 mil o número de explorações em que a maior parte do trabalho é familiar mas diminuíram de 45 mil (de 340 mil para 294 mil) o número das que recorrem apenas ao trabalho familiar. Ou seja, há um maior número de explorações familiares (mais de 56 mil) que utilizam, uma vez por outra, trabalho assalariado. Como causas desta evolução podem referir-se o envelhecimento crescente dos responsáveis pelas explorações, pois pode contribuir para o recurso ao trabalho assalariado nas tarefas mais penosas, mas também, certamente, a crescente actividade fora da exploração dos membros do agregado doméstico levando a recorrer ao assalariamento em certas operações culturais e em períodos de ponta.

No conjunto dos dez distritos que agora estou a considerar como zonas da agricultura familiar, o total da superfície semeada

actividade ou a de pessoas do seu agregado doméstico, não utilizando trabalho assalariado, ou quando o fizer, este seja de duração inferior à do trabalho do agregado doméstico». Por *agricultor empresário* entende-se «a pessoa singular que utiliza normalmente a actividade de pessoal assalariado, ou seja, aquele em que o trabalho assalariado utilizado é de duração superior ao trabalho do agregado doméstico». (RAC/79).

⁽⁶⁰⁾ IEA/68 e RAC/79.

anualmente tem vindo a diminuir nos últimos vinte anos. Assim, um indicador ⁽⁶¹⁾ referente aquela área mostra que tomando como base (= 100) o período 1955-59, se tem 118 em 1960-64, 112 em 1965-69, 102 em 1970-73, 91 em 1974-78 e 87 em 1979-82. É evidente que esta evolução acompanha, por um lado, a própria diminuição da população activa agrícola. Por outro, articula-se com a crescente relação com o exterior da agricultura familiar pois quanto mais diversificadas e maiores são as receitas conseguidas exteriormente à exploração agrícola, mais ampla é a independência do mercado de produtos agrícolas, além de que os proventos retirados da exploração são comparados com os auferidos noutras actividades.

A apreciação global que tenho vindo a fazer deixou de lado numerosas especificidades e apenas possibilitou a captação dos grandes contornos. Permitiu de qualquer modo delimitar, face aos objectivos deste texto, alguns tipos da agricultura familiar e pôr em evidência algumas das suas características. Deixou, no entanto, de lado aspectos relevantes como a distribuição espacial destes tipos.

Posta esta apreciação da agricultura familiar é necessário, antes de comentar os projectos de intervenção estatal que se vêm esboçando, referir brevemente, alguns dos aspectos que enquadram esta agricultura. Começo por registar uma evidência: a economia portuguesa é uma economia aberta e qualquer projecto de intervenção no sector agro-alimentar não pode omitir esta faceta.

A saída da população foi, sem dúvida, o factor que nas últimas três décadas mais contribuiu para moldar as actuais características da agricultura familiar. Esta saída, como é bem conhecido, fez-se para outras actividades no país e através da emigração. A própria interpenetração entre os mercados de trabalho da indústria e dos serviços e as famílias agricultoras — que levou à agricultura familiar existente — ganhou neste período a dimensão e os contornos que hoje lhe encontramos ⁽⁶²⁾.

A situação actual e as previsões para os próximos anos ⁽⁶³⁾, dos mercados de trabalho em Portugal e nos países tradicionais

⁽⁶¹⁾ Para a caracterização deste indicador ver Fernando Oliveira Baptista, *Estruturas...*

⁽⁶²⁾ Cf. sobre esta questão, o artigo de José Reis, *Modos de industrialização, força de trabalho e pequena agricultura* in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 15/16/17, 1985, pp. 225-260.

⁽⁶³⁾ Cf. H.M. Stahl *et alii*, *Perspectivas da emigração portuguesa para a CEE, 1980-1990*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1982, 128 p.

da emigração, apontam, no entanto, para uma substancial redução ou mesmo para uma estagnação nas saídas da agricultura. Assim, nos últimos anos, vem-se tornando crescentemente difícil sair da agricultura como se nota no *Relatório Anual* (1984) do *Mercado de Emprego*: «A agricultura, que como se sabe é sector primário, parece pois ter alterado temporariamente a tendência de longo prazo para a redução de efectivos face ao bloqueamento dos outros sectores, refendo a saída de activos ou mesmo reabsorvendo algum desemprego e desempenhando assim uma função amortecedora dos efeitos da crise no mercado de trabalho, (...)»⁽⁶⁴⁾.

Refira-se, agora, a situação do mercado fundiário para a agricultura. De facto, como tem sido salientado⁽⁶⁵⁾, a terra vem atingindo preços muito elevados que tornam, dum modo geral, economicamente inviável a compra de terras por parte dos agricultores familiares e de empresas capitalistas agrícolas.

Para estes preços elevados tem contribuído tanto a procura da terra, em particular pelos emigrantes, como o facto da terra constituir uma fonte de segurança tanto para as famílias agricultoras, como para os homens e as mulheres que emigraram para outros países ou que vivem nas cidades mas mantém uma relação estreita com as aldeias donde saíram.

Para as explorações familiares as parcelas de terra são a base a partir de que os membros dos agregados domésticos se inserem na sociedade. De facto, o desemprego, a situação nos países da emigração, a inflação, a instabilidade, etc. convertem as terras das explorações familiares no chão donde as famílias agricultoras retiram uma parte substancial do seu sustento e a partir do qual se relacionam com os mercados de trabalho e dos produtos, na procura constante das alternativas mais favoráveis. Para os emigrantes e para os que trabalham nas cidades, as pequenas parcelas de que são proprietários na aldeia e a casa que aí possuem ou sonham construir, constituem uma medida de prestígio social e uma rectaguarda protectora para os azares da vida e para a velhice. Com estas motivações a compra de terras é assim feita, em especial pelos emigrantes, que dispõem de maiores disponibilidades monetárias, por preços muito ele-

⁽⁶⁴⁾ Instituto do Emprego e Formação Profissional, *Mercado de emprego — Relatório Anual — 1984, 1985* (mimeografado), p. 8.

⁽⁶⁵⁾ Cf., por exemplo, Agostinho de Carvalho, Vitor Coelho Barros e José Ramos Rocha, *Que futuro para a produção leiteira: grande ou pequena exploração?*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência, 1982, 225 p.

vados e incompatíveis, dum modo geral, com os critérios económicos subjacentes à produção ⁽⁶⁶⁾.

O último aspecto a mencionar é o modo como as estruturas de poder nas aldeias das zonas de agricultura familiar têm *passado* pelo processo de democratização. Num estudo ⁽⁶⁷⁾ sobre a abstenção eleitoral, relativa a todo o país, Jorge Gaspar evidencia que, em termos comparativos, os agricultores familiares são o grupo social mais abstencionista, o que parece sugerir uma maior incapacidade de se situarem face aos problemas da «grande política», pelo que os grupos sociais que já antes de 1974 controlavam aquelas estruturas de poder e de representação para o exterior, continuaram com frequência — agora com uma legitimação eleitoral — a serem os mediadores das famílias agricultoras na sua relação com o Estado. Esta apreciação genérica, ousada face ao estudo citado mas apoiada nalgumas observações locais, não se pode generalizar, pelo menos desta forma linear, a todo o mundo das aldeias do Norte.

De facto, como se mostra num estudo ⁽⁶⁸⁾ sobre a freguesia de Fonte da Arcada do concelho de Penafiel, que não foi atingida pela vaga de emigração dos anos sessenta e donde partem quotidianamente residentes na freguesia que vão trabalhar na cidade do Porto, distante trinta quilómetros, vem-se alterando a incapacidade dos habitantes de Fonte da Arcada para se relacionarem com as opções da «grande política». Entre esta conclusão e a apreciação genérica anterior, há certamente uma gradação de situações e em muitas delas, nomeadamente nos casos em que a influência diária duma grande cidade industrial, tem certamente alguma validade a apreciação que enunciei a partir dos resultados sobre a abstenção eleitoral.

Projectos para a agricultura familiar

Neste último ponto vou passar em revista algumas facetas de projectos que vêm sendo defendidos, sobre as iniciativas globais que o Estado deveria tomar em relação à agricultura fa-

⁽⁶⁶⁾ Cf. Agostinho de Carvalho, *et alii*, *Que futuro...*; Manuela Silva, *et alii*, *Retorno, emigração e desenvolvimento regional em Portugal*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1984, 287 p. e Michel Poinard, *Emigrantes retornados de França: a reinserção na sociedade portuguesa* in *Análise Social* n.º 76, 1983, pp. 261-296.

⁽⁶⁷⁾ Jorge Gaspar, *L'abstention electorale au Portugal, 1975-1980*, in *Finisterra*, XVIII, 35, 1983, pp. 65-97.

⁽⁶⁸⁾ João Ferreira de Almeida, *Classes sociais, votos e poder: um espaço camponês* in *Análise Social*, n.º 84, 1984, pp. 583-619.

miliar. Pretende-se, sobretudo, através desta apreciação pôr em evidência alguns dos aspectos que condicionam a relação poder de Estado-agricultura familiar. Vou, assim, limitar-me a uma apresentação dos contornos mais salientes de cada projecto, afastando completamente a pretensão de uma análise exaustiva. Tranquelize-se, ainda, o (eventual) leitor que também não vou aproveitar a ocasião para lhe propor qualquer projecto da minha lavra.

Vou começar pelo que designarei como *projecto-CEE*, dado que os seus defensores⁽⁶⁹⁾ o promovem, actualmente, como a via que permitirá adaptar a agricultura familiar portuguesa às orientações da política agrária da Comunidade Económica Europeia (CEE). Este projecto está presente desde 1977, nos seus aspectos essenciais, nas orientações que vêm sendo anunciadas — que não concretizadas! — pelo Ministério da Agricultura e os seus contornos perpassam nos numerosos planos de reconversão⁽⁷⁰⁾ que, para diferentes produções e regiões, vêm sendo

(69) Cf. A. Cortez Lobão et alii, *Política agrícola — uma perspectiva para a próxima década*, Lisboa, comunicação apresentada à conferência Políticas de Desenvolvimento Económico e Social organizada pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1985, (mimeografado), 33 p.; Fernando Gomes da Silva, *A agricultura portuguesa e a Política Agrícola Comum in Portugal e o alargamento das Comunidades Europeias*, Lisboa, Inteuropa, 1981, pp. 365-392; A. Cortez Lobão, *Agricultura Portuguesa e integração europeia*, separata de *Economia*, vol. III, n.º 2, 1979, pp. 185-238; A. Cortez Lobão et alii, *Política agrícola e integração na CEE in 2.ª Conferência internacional sobre economia portuguesa, 2.º volume*, Lisboa, 1979, pp. 761-789; F. Estácio e A. Egbert, *O sector agrícola em Portugal: caracterização e medidas de política in Conferência internacional sobre economia portuguesa, 1.º volume*, Lisboa, 1976, pp. 103-140; J. Carvalho Cardoso, *A agricultura portuguesa na perspectiva da integração europeia in Democracia e Liberdade*, n.º 9, 1979, pp. 127-144; A. Vaz Portugal, *A agricultura em Portugal*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Ciências Humanas e Sociais, 1985, 51 p.; A. Vaz Portugal, *Leite — um problema gordo*, 1980, 24 p.; A. Vaz Portugal, *A produção de leite e a natureza das estruturas de produção: princípios orientadores para a evolução in Pecuária*, vol. 7, n.º 1, 1983, pp. 35-42 e vol. 7, n.º 3, 1983, pp. 3-14.

(70) Cf., por exemplo, *Trás-os-Montes Rural Development Project*, Roma, FAO, 1980, 2 volumes, (mimeografado); *Programme d'établissement et modernisation des élevages laitiers — Région d'Entre Douro et Minho*, Braga, Direcção Regional de Entre-Douro e Minho, 1981, 3 volumes (mimeografado), 127 p.+68 p.+64 p.; *Projecto de reconversão da vinha da Bairrada*, Direcção Regional da Beira Litoral, s/ data (mimeografado), 36 p.+anexos; *Programa de reconversão da vinha da região demarcada dos vinhos do Dão*, Viseu, 1981 (dactilografado), 17 p.; *Projecto de reestruturação das explorações e reconversão da vinha no Vale do Lima*, Porto, Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho, 1982 (mimeografado), 555 p.; Pro-

elaborados nos serviços daquele Ministério. Não se pense contudo que o designado *projecto-CEE* apenas surgiu agora em Portugal pois desde meados dos anos sessenta que as ideias-chave deste projecto foram desenvolvidas entre nós. De resto, uma primeira formulação global foi publicada em 1967 ⁽⁷¹⁾.

O objectivo central dos defensores deste projecto é adaptar a agricultura às *necessidades* duma economia aberta. Para alcançar este objectivo aposta-se em criar um sector *modernizado*, integrado por explorações muito capitalizadas, com elevadas produções por hectare, com alta produtividade do trabalho, geridas por empresários dinâmicos e «bem dimensionadas», na dupla acepção de permitirem rentabilizar os equipamentos e de assegurarem um nível de rendimentos tido como aceitável. As medidas estatais deveriam, sobretudo, promover a constituição deste sector.

Uma primeira questão a resolver para os defensores deste projecto é a fixação do limiar da dimensão física a partir do qual o Estado deve apoiar as unidades de produção; as explorações abaixo desse mínimo são consideradas um sector social e portanto devem ser tratadas como casos de segurança social e não como destinatários de medidas de política económica. Como não é de estranhar estes limiares têm variado conforme as conjunturas e as necessidades ideológicas. De qualquer modo, os limites fixados deixam, geralmente, de lado uma grande faixa de explorações agrícolas que actualmente asseguram uma parte substancial da produção do país.

Das explorações seleccionadas para virem a integrar o sector *modernizado* espera-se, naturalmente, que vão evoluindo para o modelo que já atrás se caracterizou. Esta evolução passa,

grama de viabilização das empresas leiteiras da Beira Litoral, Coimbra, Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral, 1983, 64 p.; Cf., também, alguns planos e projectos menos específicos mas onde perpassa a mesma perspectiva, como por exemplo: *Plano 1977-1980 — Diagnóstico da situação do sector (Agric.-Pec.-Silv.)*, 1.ª versão, 1977 (mimeografado), 47 p.+3 p.; *Plano 1977-1980 — Diagnóstico da situação e estratégias de desenvolvimento do sector: agricultura, silvicultura e pecuária*, Gabinete de Planeamento do Ministério da Agricultura e Pescas, 1977 (mimeografado), 192 p.+5 p.; *Projecto de correcção e fertilização do solo e de incremento das forragens*, Direcção Regional da Agricultura da Beira Litoral, 1980, 2 volumes (mimeografado), 146 p.+102 p.; *Projecto calagem, fertilização e forragens*, Porto, Direcção Regional de Entre Douro e Minho, 1981 (mimeografado), 94 p.; *Plano de mudança da agricultura (ante-projecto)*, Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas, 1982, 2 volumes (mimeografado), 197 p.+60 p.

⁽⁷¹⁾ *Um programa de acção para o desenvolvimento da agricultura em Portugal*, SACOR (mimeografado), 1967, 174 p.+7 anexos.

nas de menor dimensão por um acréscimo de área — logo implica com a questão fundiária — e, em todas, por um aumento da relação hectares-por-trabalhador o que aponta para a saída da agricultura dum grande parte da população activa agrícola ⁽⁷²⁾. No final dos anos setenta, R. Santos calculou em 290 mil o «número de postos de trabalho a extinguir» no «sector tradicional» da agricultura para responder à adequação da sua estrutura produtiva às exigências da política agrária da CEE ⁽⁷³⁾. Resta acrescentar que as medidas preconizadas no *projecto-CEE* pressupõem, pelo menos implicitamente, que o agricultor familiar a *modernizar* tenha o lucro como critério decisivo da sua lógica económica.

O segundo projecto em apreciação corresponde, segundo os seus defensores, a um «desenvolvimento centrado nas pequenas e médias explorações agrícolas familiares» ⁽⁷⁴⁾ e vai ser aqui designado por *projecto-PMA* (pequenos e médios agricultores).

Os autores desta proposta partem dum dupla constatação. Por um lado, as condições sociais que enquadram a agricultura familiar, nomeadamente a situação no mercado fundiário e a dificuldade de sair da agricultura, desaconselham qualquer projecto que vise um redimensionamento de unidades de produção familiares e uma diminuição da população activa agrícola que se integra nestas explorações. Por outro, dado o peso ainda elevado desta população, os sistemas de produção praticados e a própria lógica económica da agricultura familiar — que para os defensores deste projecto passa pelo *conjunto família-exploração* — esta aproveita mais eficazmente que as explorações capitalistas os recursos naturais e arranca da terra produções por hectares mais elevadas, embora com menor produtividade do trabalho.

Face a esta situação, o Estado deveria promover uma política agrária que, em todos os seus aspectos, apoiasse a agricultura familiar e lhe fornecesse condições e estímulos para aumen-

⁽⁷²⁾ Ver, por exemplo, a apreciação do *Programa leiteiro de Entre Douro e Minho* feita em A. Carvalho et alii, *Que futuro...*

⁽⁷³⁾ Cf. Américo Ramos dos Santos, *A adesão à CEE e os nossos problemas de emprego* in *Economia — questões económicas e sociais*, n.º 19, 1979, pp. 5-12.

⁽⁷⁴⁾ Cf. Agostinho de Carvalho, *Os pequenos...*; Agostinho de Carvalho et alii, *Que futuro...*; *Intensificação da produção leiteira* (*Colectânea de textos*), Lacticoop, 1983, 269, p. A defesa deste projecto perpassa também em J. Vieira da Silva, *A ecologia e o desenvolvimento agrícola*, Lisboa, Ulmeiro, 1985, 104 p. e *Movimento de Solidariedade Rural, Mundo rural — que desenvolvimento?*, Lisboa, Ulmeiro, 1984, 135 p.

tar a produção. Entre as várias facetas da política agrária, os defensores deste projecto insistem na questão tecnológica pois advogam uma reorientação da perspectiva tecnológica na agricultura no sentido de a virar para os interesses da agricultura familiar ⁽⁷⁵⁾.

Como é evidente este *projecto-PMA* não se pode confundir com as políticas que nos últimos anos vêm sendo preconizadas e por vezes concretizadas, para alguns países do designado Terceiro Mundo em que, sobretudo para apaziguar situações político-sociais muito tensas se defende o alargamento do sector das explorações familiares de pequena dimensão e o apoio do Estado a este sector, com o objectivo primeiro de contribuir para a sobrevivência (em grande parte por autoconsumo) das famílias integradas nesta agricultura. Não se espera, geralmente, destas unidades de produção uma contribuição relevante para o abastecimento da restante população e da indústria de cada país, nem para as exportações, ou seja, a sua função é principalmente social. De resto, em muitos dos países para onde se vem defendendo esta política, as funções económicas de abastecimento, exportação, etc., são já asseguradas por um poderoso sector capitalista agrícola.

O *projecto-PMA* distingue-se, também, dos chamados modelos alternativos ⁽⁷⁶⁾ que vêm sendo defendidos em muitos países industrializados e onde da agricultura alternativa se espera, sobretudo, uma acção contra a desertificação de numerosas regiões e a experimentação de outro modo de produzir, quer ao nível da valorização, gestão e utilização dos recursos naturais, da qualidade dos produtos obtidos, da poupança de energias

⁽⁷⁵⁾ Sobre a questão tecnológica na pequena agricultura familiar ver, além da perspectiva dos defensores do *projecto-PMA*, uma outra abordagem em: José Graziano da Silva, *A pequena produção agrícola*, Santa Maria (Brasil), 5.º Encontro Nacional de Geografia Agrária, 1984, 83 p. e Horácio Martins de Carvalho, *Tecnologia socialmente apropriada: muito além da questão semântica*, Londrina (Brasil), Fundação Instituto Agronómico do Paraná, 1982, 36 p.

⁽⁷⁶⁾ Cf.: *Les agricultures différentes*, Grenoble, La pensée sauvage, 1984, 141 p.; François Pernet, *Resistances paysannes*, Presses Universitaires de Grenoble, 1982, 191 p.; G. Allaire e M. Blanc, *Politiques agricoles et paysanneries*, Paris, Le Sycomore, 1982, 117 p.; Pierre Muller, *Le technocrate et le paysan*, Paris, Les éditions ouvrières, 1984; Bruno Jean, *Vers une sociologie du développement rural: le cas canadien*, comunicação apresentada ao VI Congresso Mundial de Sociologie Rural, realizado em Manila, em 1984 (dactilografado), 17 p.; revista *Autogestion* n.º 16, 1984, Ed. Privat; ver também a colecção das revistas *Nouvelles campagnes*, Toulouse e *Alternatives Paysannes*, Grenoble.

importadas, etc., quer ao da «dimensão cultural», isto é «a emergência de atitudes mais autónomas na construção do quotidiano, capazes a prazo, de se imporem às burocracias centralizadoras, de darem a primazia ao movimento de baixo para cima» (77).

Esta agricultura alternativa, mesmo nos países em que tem maior expressão, não desempenha uma função relevante no conjunto da economia e a sua expansão e implantação corresponde, na maior parte dos casos, a uma opção cultural da população que nela se integra. De qualquer modo são muito importantes as lições a tirar desta agricultura em especial se se admite que a actual crise económica não corresponde, apenas, a uma fase crítica que em breve será ultrapassada, mas indicia uma crise mais profunda que exige que se vá caminhando no sentido de favorecer outras formas de produzir (78).

A situação portuguesa leva a que o *projecto-PMA* se apresente com marcas completamente diferentes de qualquer dos modelos anteriores. Assim, relativamente ao alternativo dos países industrializados, uma grande parte da população das unidades de produção familiares não optou por ficar na agricultura mas sentiu-se a isso coagida por características pessoais (idade, analfabetismo, etc.) e pela actual dificuldade de sair da agricultura; comparativamente com a agricultura de qualquer dos modelos anteriores a *agricultura familiar* tem, como já se referiu, um peso muito importante na economia do país.

Daqui, deste peso importante, deriva, aliás, uma das questões mais relevantes colocadas pelo *projecto-PMA*. Dada a baixa produtividade do trabalho da agricultura familiar relativamente à agricultura capitalista do país e às agriculturas dos países com que o nosso país se relaciona economicamente, em particular os da Comunidade Económica Europeia, a opção que, em esquema, se coloca — dado que Portugal é uma economia aberta — é fazer repercutir esta diferença nos preços dos produtos agrícolas — afectando os restantes sectores da economia — ou nos rendimentos dos agricultores familiares. Para os defensores do *projecto-PMA* a opção é, como seria de esperar, a primeira.

Numa condensação simplificada das considerações anteriores pode afirmar-se que enquanto o *projecto-CEE* defende a adaptação da agricultura às necessidades da economia, o *projecto-PMA* pretende que a economia não ignore a agricultura familiar que, de facto, existe.

(77) *Les agricultures...*, p. 7.

(78) Ver, sobre esta questão, J.C. Tirel, *Le débat sur le productivisme in Economie Rurale* n.º 155, 1983, pp. 23-29.

Por último uma apreciação do que vou designar por *projecto-CP* (cooperativas de produção). Os defensores ⁽⁷⁹⁾ deste projecto fazem questão de marcar dois momentos distintos. «Numa primeira fase há que estimular os agricultores (chamados pequenos e médios) a produzir cada vez mais e melhor dentro do actual modo de produção (exploração agrícola própria de que eles mesmo são os trabalhadores)» ⁽⁸⁰⁾.

Esta fase tem, no entanto, os seus limites: «(...) este modo de produção vai obrigar a que se aceitem custos relativamente elevados de produção, se quisermos que os agricultores se vão aproximando de um nível de rendimentos aceitável. Há todavia que ter em conta, de uma forma favorável, que os agricultores vão trabalhar não 8 horas por dia mas 12 ou mais, e que vão aproveitar toda a força de trabalho disponível na família — filhos, mulher, etc., mesmo quando estes têm outra profissão, através do trabalho antes e depois do horário profissional e aos dias de descanso. Este aproveitamento de toda a força de trabalho disponível tenderá a compensar, ao menos parcialmente, o rudimentarismo da técnica utilizada. Com efeito não será nunca possível em explorações agrícolas com áreas médias de 2 hectares de terra de cultura utilizar técnicas evoluídas» ⁽⁸¹⁾.

Neste diagnóstico, como é evidente, perpassa uma leitura da lógica económica da agricultura familiar assente no *conjunto família-exploração*.

De qualquer modo, a resposta para a situação apontada é a passagem à segunda fase do *projecto-CP* o que implica «constituir empresas agrícolas de grande área a partir das pequenas e médias propriedades actuais» ou seja promover a formação de «associações de agricultores». «Repare-se que se fala em associações de agricultores e não em associação de proprietários. Agricultores são todos aqueles que trabalham a terra sua ou alheia e que vivem predominantemente dessa profissão. São estes profissionais que devem associar-se para cultivar os campos em empresas agrícolas suficientemente grandes para permitir o melhor emprego das máquinas e técnicas hoje disponíveis para os trabalhos agrícolas, silvícolas e pecuários» ⁽⁸²⁾.

⁽⁷⁹⁾ Cf. António Bica, *Agricultura e Reforma Agrária em Portugal 1974*, Porto, Editorial Inova, 1975, 88 p. e do mesmo autor, *A situação da agricultura em Portugal e Reforma Agrária*, Vouzela, Cooperativa Agrícola de Lafões, 1966, 26 p. e *As Cooperativas na Agricultura do Norte*, 1975 (dactilografado), 8 p.; Júlio Silva Martins, *Política de emergência económica nacional*, Lisboa, Editorial Estampa, 1975, 114 p.

⁽⁸⁰⁾ A. Bica, *As cooperativas...*, pp. 5-6.

⁽⁸¹⁾ A. Bica, *As cooperativas...*, pp. 5-6.

⁽⁸²⁾ A. Bica, *Agricultura...*, pp. 46-7.

Os autores que mais esclarecidamente têm defendido este *projecto* insistem nas condições necessárias para passar duma fase à outra. Assim, como a transformação a operar deve corresponder a um aumento muito significativo da produtividade do trabalho, o que provoca uma diminuição da população ocupada na agricultura, é necessário para fazer avançar o *projecto-CP* que haja criação de postos de trabalho noutros sectores da economia. Um segundo ponto de insistência é a necessidade do Estado dispor de avultadas disponibilidades financeiras para apoiar a constituição das cooperativas de produção. Por último mencione-se a referência ao aspecto ideológico e à batalha que, face à actual dinâmica política e social das aldeias do Norte, seria necessário desencadear para que fossem os agricultores familiares a *fazerem seu o projecto-CP*.

Nesta última condição ressoa, de resto, uma das preocupações decisivas do «último combate de Lenine»⁽⁸³⁾: a «tarefa consiste no nosso trabalho cultural entre os camponeses, trabalho que tem precisamente por objectivo económico a organização de cooperativas. Se tivéssemos podido organizar toda a população em cooperativas, já estaríamos com os dois pés em terreno socialista. Mas esta condição implica um tal grau de cultura do campesinato (digo bem, do campesinato, pois constitui uma vastíssima massa), que a organização generalizada nas cooperativas é impossível sem uma verdadeira revolução cultural»⁽⁸⁴⁾.

Depois de ter esboçado um panorama da agricultura familiar passei em revista três *projectos* referentes à orientação que o Estado deve imprimir à política agrária destinada à agricultura familiar. Os *projectos* foram apresentados, como já sublinhei, apenas nos seus contornos principais e visando evidenciar onde se confrontam com o panorama antes traçado.

Nestas considerações finais vou começar pela economia da agricultura familiar. Já anteriormente se defendeu que a par dos comportamentos económicos decorrentes do *conjunto família-exploração* se verifica actualmente, numa larga faixa da agricultura familiar, uma viragem no sentido das decisões das famílias relativas à produção agrícola passaram pelo âmbito da *economia da família*. Esta viragem não tem sido contem-

⁽⁸³⁾ Cf. Moshé Lewin, *Le dernier combat de Lénine*, Paris, Minuit, 1978, 169 p.

⁽⁸⁴⁾ Lénine, *Sobre a cooperação*. Este texto foi escrito, por Lénine, em Janeiro de 1923 e publicado, pela primeira vez, em Maio do mesmo ano no jornal *Pravda*. Utilizei a tradução publicada em Lénine, *A questão agrária*, Lisboa, Edições Avante, 1975, p. 245.

plada nos *projectos-PMA* e *CP*, embora seja, seguramente, um dos pontos por onde terá de passar o debate sobre a agricultura familiar. Para o *projecto-CEE* esta questão não se apresenta com relevância pois este pressupõe a constituição dum *sector modernizado* em que o agricultor terá o lucro como critério económico.

Esta distância ao panorama existente no país detecta-se, no *projecto-CEE*, não só neste ponto mas também na possibilidade de sair da agricultura e na questão fundiária. Não parece, de resto, arriscado notar que a aplicação deste *projecto* teria elevados custos sociais e económicos e que marginalizaria o sector da agricultura familiar que considera não poder acompanhar o processo de modernização. No entanto, esta marginalização poderia ter uma repercussão atenuada na dinâmica política e social das aldeias dada a posição subordinada dos elementos do sector marginalizado face às estruturas de poder das comunidades rurais e dado ainda que o *projecto-CEE* beneficiaria os agricultores familiares de maior dimensão que assim poderiam ser mobilizadas em defesa deste *projecto* ⁽⁸⁵⁾.

Relativamente ao *projecto-CP* (2.^a fase) pode constatar-se que dados os pontos de confronto com a situação nos campos não se encontram reunidas as condições que os seus defensores têm como necessárias para o seu desenvolvimento.

Resta um apontamento sobre o *projecto-PMA*. Apesar dos comentários feitos relativamente ao comportamento económico tem de reconhecer-se que este *projecto* pretende, de facto, contemplar, as unidades de produção existentes. A sua fragilidade decorre, como se referiu, da posição da agricultura na economia do país mas, mesmo neste ponto, começam a surgir propostas ⁽⁸⁶⁾ que reforçam a argumentação dos defensores do *projecto-PMA* no necessário debate sobre a política agrária e a agricultura familiar.

⁽⁸⁵⁾ Sobre esta possível mobilização é interessante ler o testemunho dum agricultor e director duma cooperativa leiteira (A Proleite): José Amigo T. Sousa, *Problemática da produção leiteira no minifúndio rumo ao mercado europeu*, comunicação apresentada ao seminário *Cooperativismo e desenvolvimento*, organizado em Lisboa, em Outubro de 1983 pelo Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo.

⁽⁸⁶⁾ Agostinho de Carvalho (Coord.), *Estratégia de desenvolvimento da pequena agricultura na região de Entre-Douro e Minho*, Lisboa, Centro de Estudos de Economia Agrária, 1985, 2 volumes (mimeografado), 68 p. +73 p.